

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2011/2012



TII

DRAFT FINAL

FORÇAS ARMADAS: AS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO
CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO
CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS
PORTUGUESAS NEM DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

ROGÉRIO PAULO FIGUEIRA MARTINS DE BRITO
CAPITÃO DE FRAGATA FUZILEIRO



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

“FORÇAS ARMADAS: AS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS”

CFR FZ Rogério Paulo Figueira Martins de Brito

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto 2011/2012

Lisboa – 2012



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

“FORÇAS ARMADAS: AS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS”

CFR FZ Rogério Paulo Figueira Martins de Brito

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto 2011/2012

Orientador: CFR AN Nuno Miguel Costa Gaspar Duarte Ramos

Lisboa – 2012

Agradecimentos

A conclusão de um trabalho de investigação é um marco que a todos deve promover sentimentos de satisfação e orgulho. Ao encerrar mais esta página do Curso de Estado Maior Conjunto gostaria de partilhar com o leitor o meu regozijo pela obra que aqui deixo, esperando que a sua leitura e análise desperte curiosidade, interesse e futuro aprofundamento. Como cidadão e militar, orgulho-me dos nossos antepassados combatentes, dos seus feitos e da sua coragem, em especial daqueles que deixaram um legado mas que nem sempre a história consegue preservar. Permitam-me uma palavra de especial apreço aos militares que combateram em África, em particular os que no tarraço ou na bolanha desembarcaram, a partir dos rios, e ousaram ensinar-nos o valor das operações ribeirinhas – a eles, aqui deixo a minha homenagem.

**“Como sempre gritemos presente!
Como sempre marchemos a par
Só tem Pátria quem sabe morrer
Só tem Pátria quem sabe lutar.”**

(Amorim, 1999)

Gostaria também de enaltecer publicamente o apoio e a abnegação de todos aqueles que direta ou indiretamente me deram os seus contributos, partilharam comigo as suas opiniões e adicionaram ao meu interesse, o conhecimento e a experiência de quem sabe.

Ao meu orientador e amigo Comandante Duarte Ramos o eterno obrigado pela orientação segura e o incentivo constante na realização deste trabalho.

Ao Professor *John Cann* relevo o valor da sua tutoria e disponibilidade permanente.

Ao Comandante Fernandes Gil, camarada e amigo de longa data, agradeço-lhe a infundável bibliografia que me disponibilizou e a autorização para utilizar o seu *Master of Military Studies* como plataforma de base para esta investigação.

Ao Comandante Antunes Rodrigues, Diretor de Curso, a minha gratidão pelo apoio, paciência e motivação constantes.

Aos Comandantes Abrantes Viegas e Brito Afonso, um bem-haja pelas V/ respostas.

Aos meus filhos Sara e David, os frutos da minha vida.

À minha esposa Carla, companheira desta viagem, a eterna gratidão pelo amor, compreensão e apoio.

Ao IESM, pela oportunidade para desenvolver este assunto que tanto prezo.

À minha família, aos amigos, aos camaradas de curso e anónimos, o muito obrigado pelo apoio e complementaridade.

Índice

| | |
|---|------|
| Agradecimentos | i |
| Índice..... | ii |
| Índice de Figuras..... | iv |
| Resumo | v |
| <i>Abstract</i> | vii |
| Palavras-chave | viii |
| Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos | ix |
| Introdução..... | 1 |
| 1. Caracterização das operações ribeirinhas | 5 |
| a. O ambiente ribeirinho | 5 |
| b. O conceito de emprego | 7 |
| 2. A experiência ribeirinha dos portugueses em África | 10 |
| a. A Guerra do Ultramar (1961-1974)..... | 10 |
| 1) Breve enquadramento..... | 10 |
| 2) A edificação da capacidade ribeirinha | 12 |
| 3) Missões da Marinha no Ultramar..... | 14 |
| b. Pós-guerra Fria | 15 |
| 1) Congo-Zaire (1997)..... | 15 |
| 2) Guiné-Bissau (1998) | 16 |
| 3) República Democrática do Congo (2006)..... | 18 |
| 3. A experiência ribeirinha norte-americana | 19 |
| a. Da Independência à 2ª Guerra Mundial | 19 |
| b. A Guerra do Vietname | 21 |
| 1) Operação « <i>Game Warden</i> »..... | 22 |
| 2) <i>Mobile Riverine Force</i> (MRF)..... | 23 |
| 3) Operação « <i>SEA LORDS</i> » | 24 |
| 4) Lições aprendidas..... | 25 |
| c. A reconstrução da capacidade ribeirinha | 27 |
| 4. Forças Armadas: a estratégia militar, o poder naval e a capacidade ribeirinha..... | 29 |
| 5. Projeção de cenários..... | 32 |
| a. Metodologia..... | 32 |
| b. A consolidação da capacidade anfíbia | 34 |
| c. O estabelecimento de uma capacidade litoral | 35 |

| | |
|---|---------|
| Conclusões..... | 37 |
| Bibliografia..... | 41 |
| Apêndice 1 – Fatores que influenciam as operações ribeirinhas | Ap. 1-1 |
| Apêndice 2 – Breve descrição dos teatros de operações no Ultramar (1961-1974).... | Ap. 2-1 |
| Apêndice 3 – Linha de orientação metodológica | Ap. 3-1 |

Índice de Figuras

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Visualização do conceito “Blue”, “Green” e “Brown” Water..... | xii |
| Figura 2 – Maiores bacias hidrográficas do mundo..... | 5 |
| Figura 3 – Cidades com mais de um milhão de habitantes | 6 |
| Figura 4 – Vista aérea e de satélite do Rio Amazonas..... | 9 |
| Figura 5 – Distâncias, por via marítima, dos três Teatros de Operações à Metrópole. | 11 |
| Figura 6 – Vista ao longe de Bissau, em chamas (tirada a partir do NRP Vasco da Gama, junho 1998)..... | 17 |
| Figura 7 – Desmontagem de uma base temporária pelas MRF..... | 23 |
| Figura 8 – Exercício conduzido pelo RIVRON 1..... | 28 |
| Figura 9 - Exercício conduzido pelas Coastal Riverine Forces..... | 28 |
| Figura 10 – Projeto do Navio Polivalente Logístico..... | 34 |
| Figura 11 – Dois CB90 em missão de proteção de força à entrada de um estuário. | 36 |
| Figura 12 – Características desejáveis de uma Força Ribeirinha | 40 |
| Figura 13 – Esquema de avaliação da mobilidade das VBLA PANDUR II..... | 1-3 |
| Figura 14 – Exemplos de Bacias Hidrográficas, vista perfil. | 1-6 |
| Figura 15 – Unidades Navais e Destacamentos de Fuzileiros em operações na Guiné..... | 2-2 |

Resumo

No futuro o ambiente geoestratégico manter-se-á envolto num enorme manto de incerteza, fruto da velocidade e da transformação que hoje assistimos, quer pelo surgimento de novas ameaças e interesses de atores duvidosos, quer pelas consequências que outras variáveis, nomeadamente as de natureza económica, nos irão provocar. Sendo praticamente impossível prever, com exatidão, quais são esses desafios podemos, no entanto, projetar cenários credíveis que respondam com elevada probabilidade à visão que hoje temos do futuro.

Durante o período da Guerra Fria, e salvo situações muito pontuais, o centro de gravidade das Marinhas esteve centrado no alto mar, o que levou à caracterização das *blue waters navy*. As exceções a esta regra, como o Vietname ou o Ultramar, reportavam-se a pequenos conflitos internos, marcados pela atuação de insurgentes e cujo emprego das forças navais obrigava ao desenvolvimento das *brown waters navy*. Estes dois casos, constituem excelentes exemplos do esforço e da dificuldade que a criação e manutenção da capacidade ribeirinha representou naquele dado momento da história. Atualmente, a nova tipologia de ameaça assimétrica, remete as Marinhas novamente para o litoral, mas agora com menos incidência nas águas interiores e mais solicitações no emprego junto a costa, emergindo o conceito das *green waters navy*.

O nosso propósito para este estudo é projetar cenários para os próximos 25 anos que permitam antecipar se há necessidade de criar um novo modelo ribeirinho ou apenas consolidar a capacidade nacional hoje existente. Para isso iremos começar por caracterizar o ambiente e definir doutrinariamente as operações que lá se realizam. Prosseguiremos com uma descrição detalhada das operações conduzidas nas guerras do Ultramar e do Vietname analisando as principais lições que nesses teatros foram identificadas. Antes de atingir o objetivo proposto, vamos ainda concentrar-nos no pensamento estratégico nacional e procurar identificar a esfera do poder militar que melhor enquadra o emprego desta capacidade.

De acordo com os resultados obtidos, verificamos que nos próximos 25 anos a capacidade ribeirinha nacional continuará a ser materializada pela projeção de força em terra, tendo como base o emprego do binómio Navio vs. Fuzileiro. Surgem nesta projeção duas situações distintas: a primeira, sugere a manutenção do atual dispositivo de forças para operar neste tipo de ambientes e prevê, para consolidar a capacidade ribeirinha, a aquisição de um navio polivalente logístico, que permita a projeção de forças anfíbias com um conceito de emprego multidisciplinar; a segunda situação, é mais fraturante sob o ponto

de vista organizacional, pois implica uma reestruturação do Corpo de Fuzileiros. Estabelece, basicamente, prioridades para o desenvolvimento da capacidade de proteção de força com o emprego de meios navais específicos, e uma diminuição na capacidade de projeção, sem no entanto a perder.

Consideramos, por fim, que ambos os cenários garantem a necessidade da capacidade ribeirinha e que as Forças Armadas portuguesas continuarão a contribuir para a estabilidade global e a cumprir a sua missão, dentro de um quadro restritivo e limitado mas pautado pela celeridade, prontidão e eficiência, como tem sido o seu apanágio.

Abstract

The geostrategic environment will remain uncertain in the future due to the fierce and unpredictable transformation that we can see around, either emerging by the new threats and by other doubtful actors. Being almost impossible to predict accurately what the challenges are, our goal is to build some credible scenarios and try to get the vision inside.

During the Cold War period, unless some specific situations, the navy's centre of gravity were the high seas, which led to the characterization of the blue waters approach. On the other hand the Vietnam and some Portuguese African countries reporting to small internal conflicts, stressed by insurgent's actions, were concerned on the brown waters environment. Nowadays, a new kind of asymmetric threats is responsible to steer the navies for the middle edge, looking again for the littoral and emerging the concept of green waters.

The aim of this paper is to design a couple of scenarios for the next twenty five years that keeps the Portuguese riverine level of ambition moving on. Starting with some doctrine and definitions we will also collect important lessons learned from the Vietnam War as well as from Angola, Guinea and Mozambique, some former Portuguese's territories. The next step is to analyse the national strategy thinkpiece and try to find out the sphere of the military power that best fits the use of riverine capability.

According to the results, we predict that in the next twenty five years Portuguese riverine forces will configure in one of following ways: the first suggests the reinforcement of power projection ashore that can be achieved by a powerful multipurpose logistics ship arrival; the second implies a shift to the green waters, providing force protection in harbors, bays and inland waterways.

We believe that both scenarios are feasible, suitable and will ensure the riverine capability among the national and partner's commitments.

Palavras-chave

Operações Ribeirinhas; Força; Marinha; Capacidade.

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

| | |
|-----------|--|
| a.C | Antes de Cristo |
| ACTOV | <i>Accelerated Turnover to Vietnam</i> |
| ADFL | <i>Alliance of Democratic Forces for the Liberation of Congo-Zaire</i> |
| ARG | <i>Amphibious Ready Groups</i> |
| BLD | Batalhão Ligeiro de Desembarque |
| BM | Baixa-mar |
| BRD | Batalhão Reforçado de Desembarque |
| CAOC | Centro de operações aéreas combinadas |
| CATF | Comandante da força anfíbia operacional |
| CEDN | Conceito Estratégico de Defesa Nacional |
| CEM | Conceito Estratégico Militar |
| CEMGFA | Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas |
| CJSOTF | <i>Combined Joint Special Operations Task Force</i> |
| CNPCE | Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência |
| COIN | <i>Counter-Insurgency</i> |
| CPLP | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa |
| CRF | <i>Coastal Riverine Force</i> |
| CSDN | Conselho Superior de Defesa Nacional |
| CSG | <i>Carrier Strike Groups</i> |
| CTZ | <i>Corps Tactical Zone</i> |
| DDZ | Dispositivo Detentor da Frente Fluvial do Zaire |
| DECC | Desenvolvimento económico, científico e cultural |
| DFE | Destacamento de Fuzileiros Especiais |
| DFE1 | Destacamento de Fuzileiros Especiais nº 1 |
| DFE2 | Destacamento de Fuzileiros Especiais nº 2 |
| DMAPE | Defesa militar e apoio à política externa |
| EEIN | Espaço Estratégico de Interesse Nacional |
| EEINP | Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente |
| EUA | Estados Unidos da América |
| EUFOR RDC | Missão da União Europeia à República Democrática do Congo |
| FLING | Frente de Libertação para a Independência da Guiné |
| FOB | <i>Forwarded Operational Base</i> |

| | |
|------------|---|
| FOC | <i>Full Operational Capability</i> |
| FRI | Força de Reação Imediata |
| GWOT | <i>Global War on Terrorism</i> |
| IEF | <i>Initial Entry Force</i> |
| IN | Inimigo |
| JF Amph CC | <i>Joint Force Amphibious Component Commander</i> |
| JFLCC | <i>Joint Force Logistics Component Commander</i> |
| JFC | Comandante da força |
| JFMCC | <i>Joint Force Maritime Component Commander</i> |
| JFSOCC | <i>Joint Force Special Operations Component Commander</i> |
| JOA | <i>Joint Operations Area</i> |
| LCPL | <i>Landing Craft Personnel Large</i> |
| LDN | Lei de Defesa Nacional |
| LOC | Linhas de Comunicação |
| LPD | <i>Landing Platform Dock</i> |
| LPM | Lei de Programação Militar |
| LSD | <i>Landing Ship Dock</i> |
| LST | <i>Landing Ship Tank</i> |
| M | Milha náutica |
| MACV | <i>Military Assistance Command, Vietnam</i> |
| MESF | <i>Maritime Expeditionary Security Forces</i> |
| MEU | <i>Marine Expeditionary Units</i> |
| MIFA | Missões Específicas das Forças Armadas |
| MPLA | Movimento Popular de Libertação de Angola |
| MRF | <i>Mobile Riverine Force</i> |
| MSB | <i>Minesweepers Boat</i> |
| NATO | <i>North Atlantic Treaty Organization</i> |
| NECC | <i>Naval Expeditionary Combat Command</i> |
| NEO | Operação de Evacuação de não-combatentes |
| NWP | <i>Naval Warfare Publication</i> |
| OIF | Operação Iraqi Freedom |
| OODA | <i>Observe, Orient, Decide, Act</i> |
| PACV | <i>Patrol Air Cushion Vehicle</i> |
| PAIGC | Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde |
| PBR | <i>Patrol Boat, River</i> |

| | |
|---------|---|
| PM | Preia-mar |
| RDC | República Democrática do Congo |
| RIB | <i>Rigid Inflatable Boat</i> |
| RIVGRU | <i>Riverine Group</i> |
| RIVRON | <i>Riverine Squadron</i> |
| ROE | Regras de Empenhamento |
| RSSZ | <i>Rung Sat Special Zone</i> |
| SAE | Segurança e autoridade do Estado |
| SCC | <i>Small Craft Company</i> |
| SFN | Sistema de Forças Nacional |
| SFN-COP | Sistema de Forças Nacional Componente Operacional |
| TACOM | Comando Tático |
| TAIDA | <i>Tracking, Analysing, Imaging, Deciding, Acting</i> |
| TTP | Técnicas, táticas e procedimentos |
| TU | <i>Task Unit</i> |
| USMC | <i>US Marine Corps</i> |
| VC | <i>Viet Congs</i> |
| VLBA | Viaturas Ligeiras Blindadas Anfíbias |

“We cannot sit out in the deep blue waiting for the enemy to come to us. Think of the vast areas of the world covered by shallow water, those connected to the oceans by rivers and harbors and rugged shorelines. These are the decisive strips of sea that make all the difference, and we need to be there. I believe our Navy is missing a great opportunity to influence events by not having a Riverine force. We’re going to have one.”

US Chief of Naval Operations, Admiral Michael G. Mullen,
Discurso no Naval War College, Agosto 2005

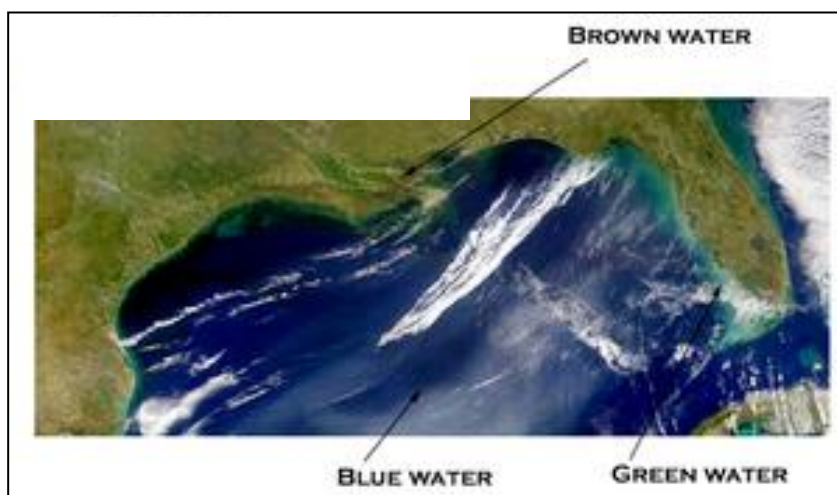


Figura 1 – Visualização do conceito “Blue”, “Green” e “Brown” Water
(Fonte: Adaptado pelo Autor)

Introdução

A guerra, seja ela em terra, no mar ou no ar, tem como elementos caracterizadores o espaço geográfico onde o confronto ocorre e os recursos que nele são empregues para combater. Os vários teorizadores e estratégias do poder naval, terrestre e aéreo há muito que vêm defendendo a importância desses vetores no espectro da conflitualidade, mas é na integração das várias componentes militares que reside a complementaridade e as sinergias do combate moderno. Ao revisitarmos a história militar constatamos que a travessia de cursos de água tem sido uma prática frequente na manobra de vários Exércitos, cujo sucesso tem contribuído para a conquista de vitórias notáveis. Porém, só através do controlo efetivo das margens e das linhas de comunicação fluviais é que se garante o verdadeiro êxito das operações ribeirinhas.

A água que corre ao longo dos rios segue o seu rumo em direção à foz e desagua em grandes estuários ou em bacias hidrográficas que dela fazem aproveitamento para fins diversos. Desde muito cedo que o homem percebeu a importância destas vias de comunicação, estabelecendo contacto com as populações vizinhas, garantindo o comércio de bens ou simplesmente disputando os recursos naturais nele existentes. Apesar do potencial que reside nestes ambientes e das vantagens que dele podem advir, operar em áreas ribeirinhas não deixa de ser complexo e complicado. Se o conhecimento dos perigos é fundamental para quem vai explorar essas áreas, o seu controlo é imprescindível para quem quer exercer influência e o domínio nessa região.

A vitória dos Gregos em *Salamis* contra os Persas, em 480 *a.C.* com o emprego de mercenários Fenícios é uma das primeiras batalhas navais que há registo, tendo sido, curiosamente, travada junto à costa inserindo-se no conceito de *Littoral Warfare*. Em 326 *a.C.* Alexandre, o Grande, iniciou uma grande campanha militar a partir dos rios *Jhelum* e *Indus* em direção ao Índico, estabelecendo o primeiro conceito do poder naval. À medida que a tecnologia foi evoluindo e os recursos permitindo, a ambição levou o homem à conquista de novas rotas marítimas e ao estabelecimento de uma estratégia naval que se centrava no combate em mar aberto (*blue waters*). O fim da Guerra Fria e a proliferação de ameaças assimétricas junto a costa, tem centrado novamente a atenção das Marinhas no litoral com a adoção de capacidades e medidas de proteção de força mais robustas, que permitam a sua atuação em águas territoriais (*green waters*) e interiores (*brown waters*).

O termo litoral e a capacidade de projeção de força é hoje uma prioridade para as Marinhas modernas, nomeadamente para aquelas que ambicionam manter o seu cariz expedicionário e interventivo na cena internacional. A importância das operações ribeirinhas, sobretudo neste contexto de guerra no litoral, tem vindo a ganhar uma maior relevância e prioridade no planeamento das capacidades militares. Em termos nacionais, e apesar da natureza conjunta deste tipo de operações, ela é uma função da componente naval do sistema de forças e um caso particular das operações anfíbias.

Portugal é um estado ribeirinho com uma fronteira marítima superior a 2 000 km de costa, incluindo as ilhas, e com bacias hidrográficas que totalizam cerca de 100 000 km² de área (APRH, 2010). Contudo, foi com o eclodir da Guerra do Ultramar, em África, que a capacidade ribeirinha ganhou um maior destaque, obrigando a Marinha a adquirir novos meios e a recriar os Fuzileiros para combater os insurgentes em três diferentes teatros de operação. Findo o conflito, grande parte dessa capacidade ribeirinha foi dissolvida mantendo-se apenas alguns meios navais de infiltração e desembarque, bem como o *know-how* entretanto adquirido. A atual crise económica e as restrições a ela associadas fazem antever fortes cortes na despesa e mudanças abruptas cujos efeitos, se não forem antecipados e atenuados, podem originar graves consequências para o futuro.

Com este trabalho de investigação procuramos projetar cenários que caracterizem a capacidade ribeirinha nacional no futuro. O estudo tem por base o atual modelo de forças e meios existentes em Portugal, ao qual vamos integrar algumas lições identificadas nos conflitos passados. As relações com outros atores e as tendências validadas serão posteriormente introduzidas neste modelo, o que nos permite desenhar de uma forma articulada e sustentada cada um dos cenários. É neste contexto de experiência passada e de incerteza no amanhã que o estudo “Forças Armadas: As Operações Ribeirinhas” está enquadrado, conferindo-lhe assim um inegável interesse académico e operacional.

Pela dimensão e abrangência do assunto decidimos delimitar o estudo em dois parâmetros: primeiro, quanto à análise do passado, analisamos apenas a intervenção portuguesa em três teatros de África (1961-1974) e a experiência dos norte-americanos no Delta *Mekong* - Vietname; segundo, em termos de cenários, delimitamos o estudo a um horizonte temporal de 25 anos, considerando-o suficientemente amplo para admitir a ocorrência de mudanças e minimamente credível para se poder realizar uma projeção.

Como partida para esta investigação colocamos a seguinte questão central (QC): **“Que cenários podemos projetar para os próximos vinte e cinco anos relativamente à capacidade ribeirinha das Forças Armadas portuguesas?”**.

Atentos à abrangência do tema, e para nos ajudar no enquadramento da nossa questão central, desenvolvemos os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar os domínios onde as operações ribeirinhas têm lugar;
- Identificar a doutrina e definir conceptualmente o que são operações ribeirinhas;
- Analisar em profundidade duas operações ribeirinhas conduzidas no passado que antecipem a aprendizagem de lições para as nossas Forças Armadas;
- Estudar o processo de planeamento estratégico nacional conducente à definição das capacidades militares;

Feita esta abordagem identificamos três questões derivadas (QD) que procuraremos responder ao longo da apresentação:

QD1: Como se caracterizam as operações ribeirinhas?

QD2: Quais foram as principais lições [ribeirinhas] identificadas nas guerras do Ultramar e do Vietname?

QD3: Em que esfera do poder militar se enquadra a capacidade ribeirinha?

O presente trabalho de investigação tem como base a construção de um modelo teórico, que procura encontrar respostas para as perguntas formuladas, emergindo necessariamente várias hipóteses, ou seja, uma resposta provável e provisória. Assim, neste estudo equacionamos as seguintes hipóteses :

H1: As operações ribeirinhas são um caso particular das Operações Anfíbias.

H2: As operações ribeirinhas conduzidas nas guerras do Ultramar e no Vietname são conceptualmente distintas.

H3: Uma operação de evacuação de não-combatentes (NEO) pode ser uma operação ribeirinha.

A abordagem metodológica que seguimos é a recomendada pelo IESM (Instituto de Ensino Superior Militar) e foi desenvolvida por *Quivy & Campenhoudt* (2008). Como instrumentos e fontes bibliográficas recorreremos essencialmente a autores académicos especialistas em operações ribeirinhas, a grande maioria de origem norte-americana e com várias obras publicadas. Efetuamos, também, a interpretação de monografias e teses para atribuição de grau académico superior, apresentados por discentes militares em curso nos Estados Unidos da América (EUA) bem como o estudo de várias publicações doutrinárias da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) relativas a este tema. Em termos nacionais, suportamos a nossa análise com base em documentos oficiais que orientam o processo de planeamento e o pensamento estratégico, alguns de natureza classificada.

O trabalho articula-se em sete partes distintas, mas inter-relacionadas. Para além da presente introdução e das conclusões, estruturamos a análise em quatro capítulos intermédios, apresentados numa sequência lógica de raciocínio e que constituem a base para elaboração de um quinto capítulo, onde efetivamente construímos dois cenários diferentes. No primeiro capítulo centramo-nos na caracterização do ambiente e das operações ribeirinhas tendo por base a descrição dos principais fatores que influenciam a sua condução. Seguidamente, analisamos as operações ribeirinhas conduzidas por Portugal na Guerra do Ultramar, com especial enfoque nos três principais teatros de operação, a Guiné Bissau, Angola e Moçambique; mas também, outras operações em África, mais recentes, em que também estivemos envolvidos. Posteriormente, no terceiro capítulo, fazemos uma análise idêntica à anterior mas agora baseada na experiência ribeirinha norte-americana, com maior enfoque no Vietname. O quarto capítulo encerra esta sequência com o estudo do processo de planeamento estratégico nacional e o enquadramento desta capacidade numa das esferas do poder militar. Por fim e antes das conclusões apresentamos no quinto capítulo os cenários que permitem responder à problemática central em estudo.

“Man has long made use of rivers, bays and inlets of the lands he occupied to better his agriculture and facilitate his commerce in peace and to move and support his military forces in war. He has flourished in the pleasure that he has learned to use them.”

(Croizat, 1986).

1. Caracterização das operações ribeirinhas

Neste capítulo pretendemos fazer uma breve caracterização do ambiente ribeirinho e descrever os conceitos que estão associados ao emprego de forças militares naquele meio. As particularidades e a complexidade dos espaços ribeirinhos requerem, por norma, o emprego de forças especializadas, meios adequados e a aplicação de técnicas, táticas e procedimentos (TTP) diferenciados daqueles que são empregues em outros tipos de ambiente. Não sendo uma nova dimensão do campo de batalha, ela reveste-se de particular importância para as forças armadas modernas devido às suas peculiares características e aos desequilíbrios que pode provocar, numa qualquer crise ou conflito militar.

a. O ambiente ribeirinho

Antes de iniciarmos a descrição do que são as operações ribeirinhas e analisarmos o impacto que elas têm, quer na edificação de capacidades quer no modelo de emprego de forças em operações conjuntas¹ e combinadas², importa primeiro conhecer as características desse ambiente.

A importância da água é vital para o ser humano, sendo inclusivamente um dos principais requisitos para a sua sobrevivência. A procura de vida no espaço tem por premissa a existência de água naquele domínio sendo também uma das razões pelas quais o homem se tende a fixar junto ao litoral ou perto de grandes bacias hidrográficas, sejam rios, lagos, canais ou outros cursos de água. Estas zonas naturais do globo, onde a água divide o seu espaço com a terra, denominam-se por

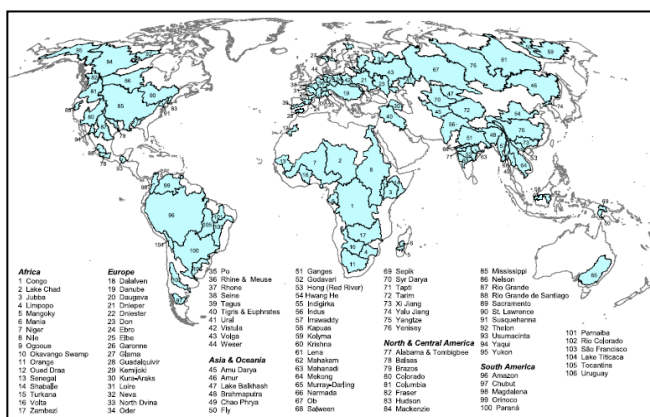


Figura 2 – Maiores bacias hidrográficas do mundo
(Fonte: Earth Trends, 2002)

¹ É uma operação em que participam forças de vários ramos das Forças Armadas do mesmo país.

² É uma operação conduzida por forças de duas ou mais nações aliadas, operando juntamente no cumprimento de uma missão.

áreas ribeirinhas. A palavra ribeirinho deriva do latim *ripa*, que significa ribeira ou curso de água; no âmbito militar, é definido pelas zonas costeiras, águas interiores ou deltas de rios onde as linhas de comunicação (LOC – *Lines of Communication*) terrestres são escassas. Esta é a definição apresentada na publicação da NATO sobre doutrina de operações anfíbias (NATO, 2009, p. 11.1) e que por nós será adotada durante o presente trabalho. Apesar de se estender para o interior do território, muitas vezes por várias centenas de quilómetros, as áreas ribeirinhas são consideradas uma extensão natural da costa, onde a influência da maré se pode fazer sentir com consideráveis amplitudes, variando a dimensão das margens e do terreno que lhe está adjacente³. É com base neste argumento de profundidade e existência de pontos de penetração para projetar poder em terra, que a NATO considera as operações ribeirinhas como um caso particular das operações anfíbias.

Se considerarmos, ainda, que mais de metade da população mundial vive e trabalha junto ao litoral, numa faixa que se estende até aos 200 km da costa, e que 75% se estabelecem até

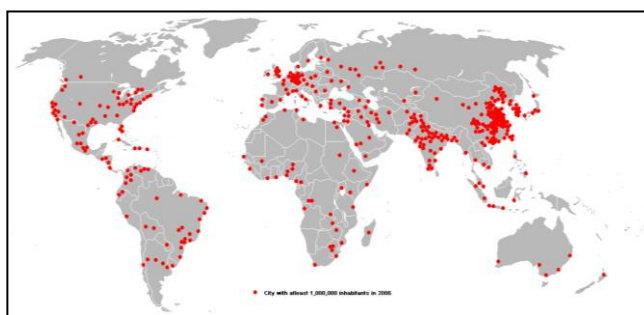


Figura 3 – Cidades com mais de um milhão de habitantes
(Fonte: Springer Images, 2012)

aos 400 km do litoral (Hinrichsen, 1998), facilmente se percebe a importância que estas áreas ribeirinhas assumem para as operações militares.

Em termos militares, as áreas ribeirinhas são consideradas especiais, com reflexo na preparação das forças, no equipamento e meios que utilizam, mas também na forma como atuam. Uma perspetiva holística do ambiente operacional inclui os fatores físicos e a informação ambiental (US Armed Forces, 2009, p. xii) - as características deste espaço dependem de um vasto conjunto de fatores que as tornam diferentes das demais áreas. Desde logo pelas variáveis hidrológicas, onde os caudais, as correntes, a profundidade dos leitos, os obstáculos, a largura ou a geometria dos cursos de água, podem condicionar fortemente a navegabilidade. Outros factores “não físicos” como a cultura, a política e a economia também interferem na condução destas operações ribeirinhas, sendo o seu estudo um requisito imprescindível na fase de planeamento (ver Apêndice 1).

³ A Guiné-Bissau é um bom exemplo destes efeitos: segundo Calvão (2012, p. 36) “...a Guiné eram 25 mil quilómetros quadrados com a maré cheia, e 30 mil com a maré vazia”. Cerca de um terço do território é coberto pelo “mangrove” ou mangais, que sofrem a influência das marés.

Se por um lado as áreas ribeirinhas são um obstáculo à manobra das forças terrestres e possuem características ideais para o estabelecimento de posições defensivas, por outro, os cursos de água navegáveis que estejam devidamente controlados e seguros, proporcionam bons eixos de aproximação, favorecem o transporte e a sustentação logística.

b. O conceito de emprego

As operações ribeirinhas⁴ têm como objetivo a projeção de poder em terra e o controlo das várias LOC no meio aquático baseando-se no princípio da manobra e devem ser conduzidas por uma força-tarefa organizada e especializada, com armamento e equipamento específico, ter pessoal bem treinado, organizado em pequenas equipas para condução de operações encobertas ou em grandes unidades de manobra, usadas para explorar as vulnerabilidades críticas do inimigo, capaz de atuar nas várias dimensões, recorrendo à utilização de meios de superfície e aéreos. (NATO, 2009, p. 11.1). Segundo a doutrina da Aliança, também adotada pela Marinha portuguesa⁵, o conceito de operações ribeirinhas sugere um único comandante para esta força (do nível tático) que no âmbito de uma operação conjunta será atribuído àquele que melhor capacidade, meios e condições tiver para conduzir a operação, nomeadamente (NATO, 2009):

- o comandante de uma das componentes existentes na área de operações conjunta (JOA – *Joint Operations Area*), sendo o mais adequado o comandante da componente naval (JFMCC – *Joint Force Maritime Component Commander*), o comandante da componente da força anfíbia (JF Amph CC – *Joint Force Amphibious Component Commander*), o comandante da componente terrestre (JFLCC – *Joint Force Landing Component Commander*) ou o comandante da componente de operações especiais (JFSOCC – *Joint Force Special Operations Component Commander*);
- o comandante subordinado de uma das componentes, como seja o comandante da força anfíbia operacional (CATF – *Commander Amphibious Task Force*);
- o comandante da componente ribeirinha, no caso de existir, dada a dimensão e/ou

⁴ A Aliança Atlântica (NATO, 2009, pp. 11-1) diferencia as operações ribeirinhas das travessias de cursos de água – estas últimas fazem parte do Land Force Tactical Doctrine, ATP-35(B), parte integrante das campanhas terrestres cuja transposição permite a continuação das operações na margem oposta.

⁵ Portugal ratificou o STANAG 1149 AMPHIBOPS (Edition 23), correspondente à Doctrine for Amphibious Operations, ATP-8(B) Volume I, pelo Despacho n.º 5037/2011 do Diretor Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 59 de 24 de março de 2011, com implementação na Marinha na data da ratificação nacional.

importância dessa área dentro da JOA – é, no entanto, uma opção menos comum.

O comandante deve assumir o comando táctico (TACOM – *Tactical Command*) de todos os elementos subordinados estabelecendo, por indicação do comandante da força (JFC – *Joint Force Command*), as relações necessárias com as outras componentes e comandos. Relevante, ainda, a coordenação que o comandante deve estabelecer com o centro de operações aéreas combinadas (CAOC) de modo a garantir o controlo do respetivo espaço aéreo.

A tridimensionalidade do ambiente ribeirinho configura a vantagem no emprego de forças conjuntas, interoperáveis e complementares, capazes de actuar em todo o espectro das operações militares. Conforme anteriormente referido, a NATO define que as operações ribeirinhas são um caso particular das operações anfíbias⁶ e assume que podem ocorrer em ambientes variados, desde o permissivo (*e.g.* no âmbito de uma operação de ajuda humanitária ou catástrofe natural), passando pelo incerto (*e.g.* a evacuação de não-combatentes) até ao hostil (*e.g.* como parte de uma *Initial Entry Force* (IEF)). Na prática, assumir a capacidade de operar em zonas ribeirinhas deverá concorrer para a condução de qualquer tipo de operação naquele tipo de ambiente, marcado, na atualidade, por uma enorme assimetria e imprevisibilidade. Desde as operações de combate ao narcotráfico até às operações de contra-subversão (COIN – Counter-Insurgency), várias são as possibilidades de emprego deste tipo de forças mas cuja formação, treino, meios e equipamento devem ser especiais.

Nas operações ribeirinhas as vias de comunicação terrestres são pouco praticáveis⁷ ou mesmo inexistentes, o que confere ao meio aquático a melhor opção para movimentar as forças e projetá-las em terra. Ao operarem em ambientes ribeirinhos as forças militares ficam limitadas quanto ao movimento, têm menor flexibilidade de emprego e assumem um maior risco, comparando-as com as operações terrestres convencionais. A surpresa, a velocidade e a sincronização são, pois, requisitos críticos para o sucesso destas operações, enquanto que o controlo dos rios e do terreno envolvente, bem como a neutralização da capacidade de transporte do inimigo (IN) nessas LOC devem ser objetivos a atingir (Clegg, 1985, p. 19). A Aliança Atlântica define que as operações ribeirinhas se dividem em três grandes blocos (NATO, 2009, pp. 11.7-11.17): a ofensiva, a defensiva e o apoio logístico.

⁶ Por outro lado, a doutrina conjunta norte-americana, entre Navy e Marines (USN, 1987) distingue estes dois tipos de operação, apesar de assumir que ambas podem empregar técnicas semelhantes, serem concorrentes ou geograficamente adjacentes.

⁷ Quer por motivos geográficos quer pela análise táctica do terreno e inimigo.

Na ofensiva, o enfoque é dado na execução de um assalto ribeirinho, missão muito semelhante a um raide ou incursão anfíbia. Com a defensiva procura-se proteger as LOC amigas, impedir ao IN o uso das hidrovias, recolher informações, executar missões de segurança, exercer influência sobre a população e controlar os recursos nessas áreas. Relativamente ao apoio logístico a divisão é feita na perspectiva das forças que apoiam e daquelas que são apoiadas.

Os rios são avenidas de aproximação e linhas de abastecimento extremamente importantes que garantem uma enorme vantagem para as forças militares que as controlarem. A guerra ribeirinha não é tanto uma guerra nos rios mas antes uma guerra a partir dos rios que requer equipamento e técnicas especiais. Improvisar é dispendioso e levantar a capacidade usualmente moroso (Koburger Jr., 1991, p. xi).



Figura 4 – Vista aérea e de satélite do Rio Amazonas
(Fonte: New 7 Wonders of Nature, 2012)

“No baixo mar, devido à amplitude das marés, os botes ficavam completamente em seco. Os fortes aguaceiros próprios da estação ajudaram a resolver o problema da sede”.

(Calvão, 1976, p. 59).

2. A experiência ribeirinha dos portugueses em África

A colonização portuguesa em África remonta à época dos descobrimentos quando os nossos navegadores procuravam uma rota marítima que fosse alternativa para o comércio com o Oriente, dando lugar à formação do primeiro império global na história (Brockey, 2008, p. xv), tendo sido estabelecidas feitorias, portos e enclaves junto à costa litoral do Atlântico e ainda em Moçambique. Com a chegada a África de ingleses, franceses e holandeses em meados do século XVI e mais tarde dos alemães, italianos e belgas, houve uma redistribuição dos territórios restando a Portugal a manutenção das antigas colónias de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe⁸. Em pleno século XX com o processo de descolonização de África em franca aceleração, Portugal retira-se também daquele continente marcando assim o final de vários séculos de permanência. Se os processos de independência de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe foram mais pacíficos⁹, os casos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau constituíram as três grandes campanhas que Portugal alimentou durante mais de uma década.

a. A Guerra do Ultramar (1961-1974)

1) Breve enquadramento

A primeira referência sobre esta guerra recai na taxa de esforço que Portugal foi submetido para conduzir as suas operações em três teatros, simultaneamente, com especial enfoque nos seguintes factores: em primeiro lugar, o extenso período em que decorreram estas operações: treze anos e meio em Angola¹⁰, onze anos e meio na Guiné-Bissau¹¹, e dez anos em Moçambique¹²; depois, a dispersão geográfica¹³; finalmente as dimensões das

⁸ Também designados por Ultramar.

⁹ Não envolveram uma luta armada e foram as únicas onde se realizaram eleições no âmbito do processo da descolonização. Aliás, “de notar que em Cabo Verde e em São Tomé não houve guerras subversivas porque o domínio do mar e do ar de que Portugal dispunha tornava impraticável apoiar a partir do exterior uma guerrilha que eventualmente se formasse em qualquer das suas ilhas” (Monteiro, 2005).

¹⁰ De 15 de março 1961 a 25 de outubro 1974 (Baêna, 2006b, pp. 28,187).

¹¹ De 31 de janeiro 1963 a 22 junho 1974 (Baêna, 2006c, pp. 21, 216).

¹² De setembro 1964 a 07 de setembro 1974 (Baêna, 2006d, pp. 27, 193).

áreas¹⁴ com especial relevância para a linha de costa que segundo Cann (1997, p. 3) se estendia por 2 483 milhas náuticas¹⁵ (M), mais 920 M de rios e canais navegáveis, e 128M do Lago Niassa, em Moçambique (Cann, 2009, p. 65), normalmente utilizado pelos insurgentes como linhas de infiltração.

Com exceção da parte sul de Moçambique, as restantes áreas situavam-se em zonas tropicais onde o clima era quente e húmido com duas estações climáticas bem definidas: a época seca e a das chuvas. A vegetação era densa e permitia o abrigo das forças de guerrilha. A combinação de todos estes fatores dificultava as operações militares, em particular aos portugueses, pouco habituados a estas condições climáticas e de terreno (Pinto, 1997). Em termos ribeirinhos, a Guiné configura-se como tendo sido o teatro mais peculiar, conforme explicado no Apêndice 2.

A guerra contra-subversiva travada por Portugal naqueles territórios tinha como objetivo impedir o controlo das forças de guerrilha que atuavam no seu interior. Essas forças evitavam sistematicamente o confronto com os militares portugueses e restringiam a sua atuação a ataques de surpresa nas mais diversas localidades e itinerários. A ação estratégica para combater forças desta natureza passava, sobretudo, por uma das seguintes modalidades de ação: a confrontação direta, ou seja, a localização e destruição da guerrilha através do combate direto¹⁶; o corte das LOC e reabastecimento, normalmente provenientes de países vizinhos¹⁷; ou a neutralização das suas bases, a maior parte das

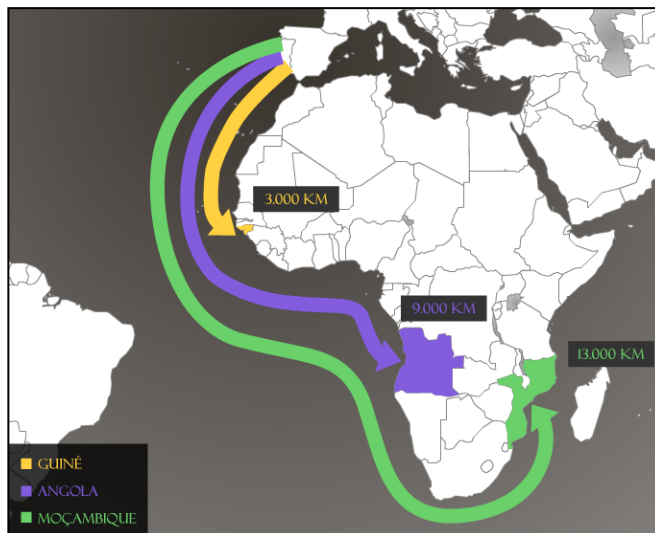


Figura 5 – Distâncias, por via marítima, dos três Teatros de Operações à Metrópole.
(Fonte: Guerra Colonial, 2005)

A guerra contra-subversiva travada por Portugal naqueles territórios tinha como objetivo impedir o controlo das forças de guerrilha que atuavam no seu interior. Essas forças evitavam sistematicamente o confronto com os militares portugueses e restringiam a sua atuação a ataques de surpresa nas mais diversas localidades e itinerários. A ação estratégica para combater forças desta natureza passava, sobretudo, por uma das seguintes modalidades de ação: a confrontação direta, ou seja, a localização e destruição da guerrilha através do combate direto¹⁶; o corte das LOC e reabastecimento, normalmente provenientes de países vizinhos¹⁷; ou a neutralização das suas bases, a maior parte das

¹³ Mais de 6 500 quilómetros de distância separam Bissau a Maputo, esta última a quase 8 500 quilómetros de Lisboa (distâncias por via aérea). Distâncias por mar – ver Figura 5.

¹⁴ No total completavam 2 085 400 Km², o equivalente a 24 vezes a dimensão da metrópole.

¹⁵ Valor médio do comprimento de um minuto de arco de um meridiano. Equivale a 1852 metros (ANC, 2011).

¹⁶ Um dos muitos exemplos foi a Operação «Bujarrona» que ocorreu em Moçambique, em outubro de 1966 (EF, 2003).

¹⁷ Uma das preocupações de Spínola para enfraquecer o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) era a de estancar o fluxo de abastecimentos, grande parte do qual provinha de Conakry e era feito por via marítima e fluvial (Calvão, 1976, pp. 56-57). A Operação «Gata Brava» é um exemplo de aplicação desta modalidade de ação na Guiné.

vezes fora do território, através de ações militares, pressões económicas ou arranjos diplomáticos¹⁸. Sabendo-se, de antemão, que seria difícil atingir este *end state* estratégico o objetivo passaria então por limitar os efeitos da guerrilha, garantindo o progresso económico e social do território como se fosse em tempo de paz permitindo-se, assim, ganhar militarmente aquela guerra (Monteiro, 2005).

2) A edificação da capacidade ribeirinha

Durante a Guerra do Ultramar e conforme menciona Cann (2009, p. 309) a capacidade ribeirinha nacional, a que o autor designou, e passo a citar, por “Marinha portuguesa das águas interiores” resultou de uma estratégia naval cuidadosamente preparada e concebida para responder à ameaça que se desenvolvia em África.

Esta capacidade ribeirinha foi levantada sem precedentes, pois à data do início do conflito não havia grande experiência de como projetar poder em terra ou controlar rios e lagos, ademais, contra um adversário subversivo, difícil de localizar e de combater. Face aos constrangimentos financeiros da época e da pressão temporal para a edificação desta capacidade diríamos que Portugal reagiu de forma exemplar. Já em meados da década de cinquenta, com o prelúdio da crise no Congo Belga, as autoridades portuguesas previram dificuldades nas suas colónias e tomaram medidas preventivas que viriam a revelar-se extremamente eficazes. A reorganização da estrutura de comando e controlo no ultramar com o estabelecimento de alguns Comandos Navais e Comandos de Defesa Marítima subordinados e a consequente construção de instalações e bases navais de apoio foram a resposta mais resiliente que os portugueses puderam e souberam dar. No mar, o plano para desenvolver as capacidades navais mereceram também alguma prioridade, centradas contudo na aquisição de meios para operar no litoral e nas áreas ribeirinhas, capazes de enfrentar a ameaça da guerra subversiva. Porém, uma das celeumas levantadas na época foi o posicionamento nacional relativamente à NATO. Se até ao início da década de sessenta Portugal havia priorizado o cumprimento dos seus compromissos com a Aliança Atlântica¹⁹, com o eclodir das guerras em África houve necessidade de redefinir as

¹⁸ Um exemplo desta modalidade de ação foi a Operação «Mar Verde» que visava, em Conacri, destruir as lanchas no porto, libertar os prisioneiros de guerra portugueses, destruir os caças Mig, atacar e destruir o quartel-general do PAIGC (havendo a hipótese de capturar Amílcar Cabral), e proporcionar o desembarque do FLNG auxiliando a sua tomada do poder (Cann, 2009, pp. 277-307).

¹⁹ É importante contextualizar o facto de Portugal ser um membro fundador daquela organização e que desde 1949 a Marinha portuguesa havia sido orientada, em meios, treino e procedimentos para operar naquele âmbito.

prioridades e estabelecer um plano coerente com a nova situação – a decisão recaía na existência de duas Marinhas, distintas e independentes, uma para operar no âmbito da NATO e outra para África²⁰ que seria construída a partir daquele momento. Face, no entanto, a vários ajustamentos de natureza política e mudanças de prioridade, o plano sofreu alterações e a “Marinha de África”, como também ficou conhecida, foi crescendo e desenvolvendo capacidades para operar em ambiente ribeirinho²¹ (Cann, 2009, pp. 49-65).

Contudo, a grande inovação deste conflito para a Marinha, que materializou a sua capacidade ribeirinha com a projeção do poder em terra e o controlo das LOC fluviais, extremamente importante na abordagem desta guerra subversiva, terá sido a recriação estratégica dos fuzileiros, em janeiro de 1960, sob proposta do Comodoro Roboredo e Silva, Vice-Chefe de Estado Maior da Armada (Baêna, 2006a, pp. 19-20). Se o modelo inglês esteve na base da formação dos novos Fuzileiros²² a experiência francesa, sobretudo da Indochina (1945-1954) onde a organização para o combate se baseava numa estrutura mais ligeira e direcionada para ações menos convencionais, as semelhanças da meteorologia, do clima e da configuração da área de operações, foram algumas das lições importadas pela Marinha portuguesa na abordagem do conflito em que participou em África (Cann, 2009, pp. 81-88). Os primeiros fuzileiros a embarcar para o Ultramar pertencem ao Destacamento de Fuzileiros nº 1 (DFE1) e seguem para Angola em novembro de 1961. No total, os fuzileiros vão combater nos três teatros de operações até ao final do conflito, tendo sido projetados mais de doze mil homens, divididos por 63 destacamentos e 56 companhias de fuzileiros²³ que materializaram a capacidade ribeirinha nesta guerra do Ultramar, quer apoiando e guarnecendo as unidades navais quer lutando no mar e em terra contra os insurgentes (Baêna, 2006a, pp. 46-50, 97-99).

²⁰ Segundo o Vice-Almirante Ferraz Sacchetti (cit. por Cann, 2009) a “Marinha de África” era apoiada pela França e Alemanha que participaram na construção de quatro fragatas da classe “Commandante Rivière”, de 4 submarinos da classe “Daphné” e de 6 corvetas, e a “Marinha da NATO” obtinha o apoio dos Estados-Unidos e Inglaterra com a entrega de 3 fragatas da classe “Dealey” que estariam mais vocacionadas para as “blue waters” – de salientar que neste período a NATO estava envolvida e concentrada em plena “Guerra Fria” e a Marinha portuguesa contribuía para esse esforço operando no Atlântico Norte.

²¹ A “Marinha de África”, em 1957, era constituída basicamente por 10 navios-patrolha, tendo crescido até finais de 1973 para 137 unidades navais, sobretudo lanchas de desembarque, lanchas de fiscalização e patrulhas, a grande maioria construída em Portugal.

²² Entre 22 de agosto e 30 de setembro de 1960, um oficial e três praças da Marinha portuguesa frequentaram o Royal Marines Commando Course, em Lympstone, Inglaterra, e no regresso foram os responsáveis pelo planeamento e condução do primeiro curso de fuzileiros em Portugal, entre junho e agosto de 1961 (Baêna, 2006a, pp. 19-22).

²³ Enquanto que as companhias eram compostas por cerca de 140 fuzileiros navais, orientados para efetuar seguranças, escoltas, operações de vigilância e ofensivas de espectro limitado, os destacamentos constituídos por 80 fuzileiros especiais eram preparados para conduzir operações ofensivas tipo raide, reconhecimento especial, sabotagens, patrulhamento e emboscadas ao longo de rios e canais, bem como assaltos anfíbios.

3) Missões da Marinha no Ultramar

O redirecionar da Marinha portuguesa para as áreas ribeirinhas foi feito de uma forma integrada, devidamente coordenada e publicamente assumida²⁴. Curiosamente, e segundo o Comandante Pereira Crespo (cit. por Cann, 2009, pp. 76-80), à Marinha cumpria apoiar o esforço de contra-subversão travado em terra mediante uma estratégia naval concretizada em seis pilares, orientados para a capacidade ribeirinha: (1) o controlo dos limites fluviais e marítimos para limitar o fluxo de armas, a infiltração de guerrilheiros e as LOC logística do IN²⁵, provenientes de países vizinhos. Devido à extensa dimensão das fronteiras marítimas e face ao limitado número de meios disponíveis, as forças navais seriam concentradas em zonas ribeirinhas onde a presença ou a passagem de insurgentes era mais provável; (2) o transporte e reabastecimento das forças terrestres cuja localização impedia outras formas de contacto²⁶, normalmente efetuadas através de desembarques na costa litoral ou subindo os rios e canais até atingirem as suas posições²⁷; (3) o apoio de fogo naval para suprir os fogos de artilharia em terra²⁸ e o reabastecimento aéreo a partir das unidades navais, sobretudo de combustível e munições às aeronaves de asa rotativa que eram atribuídas a missões de transporte, evacuação e apoio aéreo próximo; (4) o apoio em funções governamentais de polícia, nomeadamente das alfândegas, autoridades de imigração e outras atividades de segurança interna para proteção da população e recolha de informações, era um dos contributos que a Marinha prestava em terra com um enquadramento bem contextualizado naquela guerra subversiva; (5) o patrulhamento e a segurança nos rios e nas comunicações marítimas permitia desenvolver uma presença mais visível junto das populações, transmitindo-lhes uma sensação de apoio e proximidade mas também de autoridade pelo controlo dessas vias para ligações comerciais e pessoais; (6) a projeção de poder para terra, foi, porventura a mais “conjunta” das missões que as forças armadas portuguesas conduziram durante toda a guerra em África. Constituídas por forças de efetivo reduzido, bem treinadas e equipadas, os fuzileiros, comandos e paraquedistas

²⁴ Num artigo sobre as “Missões das Forças Navais na Guerra Revolucionária” publicada nos Anais do Clube Militar Naval, o então Comandante Pereira Crespo (1960 cit. por Gil, 2009, p. 4) afirmava que a Marinha estava a operar uma mudança na sua visão estratégica, passando de um papel oceânico tradicional para um mais ribeirinho.

²⁵ Nas áreas ribeirinhas, conforme mencionado no capítulo 1 deste ensaio, as linhas de comunicação por terra são reduzidas e a melhor (ou mesmo única) forma de deslocamento é através das vias fluviais e marítimas.

²⁶ Idem.

²⁷ A Guiné, pela sua hidrografia, é o caso mais expressivo desta necessidade mas também em Angola, a norte, na zona do rio Zaire, e em Moçambique através dos rios Rovuma, Lúrio, Zambeze, Save e Limpopo.

²⁸ O transporte de artilharia por terra e a sua sustentação para combate era muitas vezes impraticável devido, sobretudo, às características do terreno e à tipologia do conflito.

baseavam a sua ação na surpresa, mobilidade e coordenação mútua, desembarcando em terra a partir de meios navais ou aéreos, tendo como missão recolher informações, destruir forças inimigas, estabelecer contacto com as populações, entre outras.

Para além destes seis blocos de missões, Cann (2009, p. 80) acrescenta ainda os ataques às bases inimigas ou santuários fora do território em subversão, onde o IN se organizava com alguma segurança e podia descansar, planejar, treinar, reequipar, lançar novos ataques e regressar para um novo ciclo. Eram verdadeiros depósitos logísticos e quartéis-generais que uma vez destruídos ou atacados pelas forças portuguesas²⁹ provocavam efeitos devastadores no IN, mas que levantava a questão da legitimidade política.

b. Pós-guerra Fria

1) Congo-Zaire (1997)

Não considerando as ações de cooperação técnico-militar, diplomacia e outras visitas ou missões pontuais³⁰, as Forças Armadas portuguesas regressam a África em missão nacional e de forma constituída com uma força-tarefa conjunta de escalão Companhia (Missão FORREZ), volvidos 22 anos após a independência das ex-colónias. Na verdade, a África resurge na agenda nacional após o final da Guerra Fria numa tentativa de reaproximação estratégica, linguística e cultural, materializada posteriormente com a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em julho de 1996. Mas, curiosamente, este regresso militar a África, em maio de 1997, não tem como objetivo a intervenção numa das ex-colónias mas sim num outro país, o Zaire³¹ a viver uma situação de guerra civil em que as forças de *Laurent Kabila*, líder dos rebeldes e da *Alliance of Democratic Forces for the Liberation of Congo-Zaire* (ADFL) tomariam o poder.

A insegurança naquele território, em especial na capital, levantou a necessidade de proteger os cidadãos portugueses que lá viviam e ativar-se o plano de evacuação³² para o

²⁹ Ver nota de rodapé 17.

³⁰ De onde destacamos, apenas como exemplos, a participação de elementos isolados no âmbito das missões de apoio à paz das Nações Unidas ou do NRP Vasco da Gama e de um avião C-130 da Força Aérea Portuguesa, em finais 1992, em Luanda a apoiar o esforço de retirada de nacionais, aquando do reacendimento do conflito interno depois das primeiras eleições em setembro desse ano.

³¹ A partir desse conflito, passou a denominar-se República Democrática do Congo (RDC).

³² Em termos militares esses planos de evacuação dão origem a uma NEO.

seu repatriamento³³. Dado o impedimento na utilização do aeroporto em *Kinshasa*, a solução passou por enviar a força portuguesa para *Brazzaville*, capital do Congo, e a partir daquele território estar preparado para efetuar a evacuação dos cidadãos nacionais por meio aquático, com a travessia do Rio Zaire³⁴ em catorze botes pneumáticos dos fuzileiros. Porém, dado que a entrada de *Kabila* em *Kinshasa* a 15 de maio de 1997 se fez de forma pacífica e sem grande oposição das forças governamentais de *Mobutu*, a segurança dos cidadãos portugueses deixou de estar em perigo e o contingente nacional regressou a Portugal sem ter necessidade de atuar (Gil, 2009, pp. 7-8). Não sendo um plano que à luz da doutrina se integrasse numa operação ribeirinha “pura”, as técnicas, táticas e alguns procedimentos a aplicar exigiriam conhecimentos e perícias de profissionais habituados a operar naquele tipo de ambiente. Vários treinos, adaptações e reconhecimentos foram feitos durante as três semanas de permanência da força naquele teatro de operações, permitindo, sobretudo, testar a prontidão e a capacidade para projetar novamente forças para África e retirar importantes lições, há muito tempo não testadas em ambientes de conflito, sobre a capacidade de operar em zonas ribeirinhas.

2) Guiné-Bissau (1998)

Tal como no Zaire, a Guiné-Bissau viveu em Junho de 1998 um golpe de estado militar contra o Presidente Nino Vieira, liderado pelo Brigadeiro Assumane Mané que contava com o apoio de 90% dos militares. Tendo em vista a necessidade de conduzir uma possível NEO, Portugal ativou uma força-tarefa conjunta (FORREG) para projetar para aquele teatro de operações. Por questões diplomáticas o plano inicial de evacuar os cidadãos nacionais por via aérea a partir de Dacar, no Senegal, foi abandonado tendo surgido a alternativa de uma intervenção naval ao qual foi atribuído o nome de código Operação «Crocodilo»³⁵. A partir de 21 de julho a presença nacional manteve-se no território com apenas uma fragata Meko que participou na Operação «Falcão»³⁶. No final,

³³ A condução deste tipo de operações é decidido ao nível político, cabendo ao Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) a ativação da Força de Reação Imediata (FRI) para cumprimento dessa missão (CEMGFA, 2012).

³⁴ Também conhecido como Rio Congo, o segundo maior rio de África. Este rio, junto à foz, entre o Soyo e Matadi, delimita a fronteira entre Angola e a RDC e foi um dos principais palcos de atuação dos fuzileiros na guerra do Ultramar.

³⁵ A força naval incluía vários meios de onde destacamos uma fragata Meko guarnecida com 2 helicópteros Lynx MK95, duas corvetas, um reabastecedor de esquadra, uma companhia de fuzileiros reforçada, um destacamento de ações especiais, mergulhadores, entre muitos outros módulos de apoio.

³⁶ Nome de código da operação que substituiu a «Crocodilo» e se manteve até setembro de 1998.

a força naval portuguesa evacuou 1 237 cidadãos de 33 nacionalidades diferentes e distribuiu cerca de 44 toneladas de ajuda humanitária (Rodrigues & Santos, 2007).

O regresso da Marinha à Guiné constituiu uma oportunidade de avaliar a capacidade ribeirinha passados quase 25 anos, apesar da ameaça ser um pouco diferente da vivida durante a guerra do Ultramar, num cenário que tão bem conhecia. As inserções realizadas a Bubaque (Bijagós), Rápidos do Saltinho, Varela e à Ponta do Biombo foram apenas alguns exemplos da ação conduzida pelo binómio navio-fuzileiro que neste conflito, para além dos botes orgânicos, contou com a possibilidade de utilizar os helicópteros embarcados. As principais lições retiradas desta operação revelam duas grandes lacunas: a falta de um navio anfíbio³⁷ ou polivalente logístico com condições de transporte de tropas e meios para projeção ribeirinha, com boa capacidade de comando e controlo, e que garantisse, sobretudo, as mínimas condições de habitabilidade aos cidadãos evacuados; em segundo, e decorrente da lacuna anterior, a inexistência de lanchas de desembarque, viaturas anfíbias ou outros meios ribeirinhos que permitissem a incursão dos fuzileiros com maior robustez bem como o movimento navio-terra-navio a uma distância mais segura de costa³⁸ (Gil, 2009, pp. 8-10).



Figura 6 – Vista ao longe de Bissau, em chamas (tirada a partir do NRP Vasco da Gama, junho 1998).
(Fonte: Fotografia gentilmente cedida pelo 2TEN STFZ Figueiredo Pereira)

³⁷ Do tipo LPD (Landing Platform Dock) com capacidade de projetar forças de desembarque de escalão batalhão.

³⁸ Durante a Operação «Crocodilo» e «Falcão» surgiram vários incidentes e ameaças, quer em terra quer no mar mas também no ar que poderiam ter originado baixas desnecessárias (Rodrigues & Santos, 2007, pp. 121, 271).

3) República Democrática do Congo (2006)

Integrado na componente de operações especiais de uma missão da União Europeia à República Democrática do Congo (EUFOR RDC), Portugal fez novamente uso da sua capacidade ribeirinha em ambiente de conflito. A unidade tarefa (TU - *Task Unit*) nacional, de natureza conjunta, foi formada por um grupo de fuzileiros com capacidade de executar missões de ação direta e reconhecimento especial, e um destacamento da força aérea para operar e manter operacionalmente uma aeronave Hércules C-130. Para além da missão, do âmbito e da estrutura da força, outra diferença relativamente às duas operações em África pós-guerra fria já descritas neste trabalho, foi o espaço temporal que consistiu nos 6 meses de permanência no teatro de operações (de julho a novembro de 2006) e a forma como a força foi empregue. Estacionada junto ao Comando da Componente (*Combined Joint Special Operations Task Force* – CJSOTF) numa base operacional avançada (*Forwarded Operational Base* - FOB) em *Port Gentil*, no Gabão, a TU nacional foi várias vezes empregue operacionalmente no decorrer das primeiras eleições presidenciais livres que ocorreram desde a independência na RDC, em 1960 (Gil, 2009, p. 10).

Em termos de experiência ribeirinha e para além dos inúmeros treinos realizados em ambiente de selva, quer no Gabão quer na Guiné Equatorial, de forma isolada e em conjunto com outras forças europeias, foram conduzidas três operações de reconhecimento especial utilizando botes pneumáticos (Rigid Inflatable Boat - RIB) como meio de infiltração, das quais se extraíram, posteriormente, algumas lições importantes. A mais crítica, prende-se com a capacidade de transporte destes RIB e as limitações de peso para missões de reconhecimento especial de longa duração, que implicaram uma redistribuição do pessoal e o aumento do número de embarcações para o cumprimento da missão. A falta de outras soluções, nomeadamente de meios aquáticos de infiltração mais robustos e com baixo perfil, implicaram o aumento do risco e condicionaram a duração daquelas operações.

3. A experiência ribeirinha norte-americana

Falar da experiência ribeirinha norte-americana é sinónimo de Vietname. As operações conduzidas no Delta *Mekong*, a sul daquele território, ficam para a história como tendo sido uma das mais complexas operações ribeirinhas já realizadas. Imediatamente antes do início do conflito verificou-se que o principal cenário de atuação norte-americano seria o ambiente ribeirinho, porquanto era através dos rios e estuários, junto a Saigão, que os *Viet Cong*s (VC)³⁹ se infiltravam ou conduziam operações de sabotagem junto à população. A criação de uma força conjunta com capacidade para operar naquele ambiente começou a ser discutida tendo por base a experiência americana em operações ribeirinhas do passado e as mais recentes lições aprendidas pelos franceses, durante a Guerra da Indochina (Fulton, 1973, p. 3). É sobre alguns exemplos que antecederam a Guerra do Vietname que introduzimos a experiência norte-americana nas operações ribeirinhas.

a. Da Independência à 2ª Guerra Mundial

A primeira operação ribeirinha norte-americana data de 1775, no lago *Champlain*, durante a Guerra Revolucionária Americana (ou Guerra da Independência). Este lago, situado entre os EUA e o Canadá, forma uma enorme bacia hidrográfica juntamente com os rios *Hudson* (EUA) e *St. Lawrence* (Canadá) tendo sido o palco do confronto entre as tropas inglesas e as forças do Coronel *Benedict Arnold*, comandante do Exército continental daquela região. O controlo estratégico daquele lago era disputado por ambas as partes mas *Arnold*, ao tomar a iniciativa, conquistou vários fortes aos ingleses⁴⁰ e conduziu um ataque a *St. Johns* através do rio *Richelieu* onde destruiu várias embarcações IN, capturou provisões e equipamento, e impediu qualquer tentativa de reação inglesa. Esta ofensiva constituiu o preliminar de uma tentativa de invasão americana ao Canadá que veio, mais tarde, a ficar comprometida pela resistência sofrida em *Quebec*. Devidamente reorganizados e reequipados com novos navios, os de maior deslocamento construídos em Inglaterra, as forças inglesas derrotaram os americanos em outubro de 1776 junto à ilha de *Valcour*, destruindo-lhes quinze navios e obrigando-os a retirar para sul. Apesar desta derrota humilhante a frágil flotilha de navios americanos conseguiu, ainda assim, retardar o

³⁹ Exército armado revolucionário apoiado pela Frente Nacional de Libertação do Vietname que atuava no sul daquele território e a partir do Camboja com o objetivo de unificação e pacificação da parte Norte e Sul – os dois territórios haviam sido separados e divididos pelo paralelo 17, em 1955, após a derrota dos franceses, potência colonizadora.

⁴⁰ Relevância para a conquista dos fortes em *Ticonderoga* e *Crown Point*.

avanço dos ingleses e impedir a tomada de *Saratoga* (Fulton, 1973, pp. 3-4).

Na Guerra de 1812-1814 (ou guerra anglo-americana), os dois contendores voltam a confrontar-se em ambiente ribeirinho, tendo como cenários os Grandes Lagos no Canadá, o já referido lago *Champlain*, a baía de *Chesapeake* na Virginia, e a bacia hidrográfica do Mississippi junto a Nova Orleães. As batalhas ribeirinhas travadas entre ambos, e que tiveram vencedores alternados, reforçaram as respectivas campanhas terrestres e despertaram a necessidade de reforçar aquela capacidade, que vinte anos depois, entre 1835 e 1842, foi novamente necessária para os norte-americanos no decorrer da 2ª Guerra com os povos nativos *Seminoles* - os Índios - nos *Everglades*, Flórida. Num característico ambiente ribeirinho de pântanos e de águas pouco profundas, a marinha e o exército norte-americano organizados numa força conjunta anularam a ameaça dos Índios, transportando pessoas e bens, patrulhando os canais e lançando raides em terra (Mahon, 2010).

Mais tarde, durante a guerra com o México (1846-1848), ocorrem novas operações ribeirinhas, agora materializadas com a condução de dois raides bem sucedidos a *San Juan Bautista*⁴¹, a mais de 75 NM da costa, no Golfo do México, onde a marinha norte-americana já conduzia um bloqueio naval. Ao contrário da primeira operação em que apenas houve fogo de artilharia naval, na segunda, o Comodoro *Matthew Perry* consolida o objetivo com o assalto de mais de 2500 marinheiros e fuzileiros, entre infantaria e artilharia. Ao subir o rio *Tabasco*⁴², bastante ventoso e com grandes correntes, a esquadra⁴³ foi várias vezes emboscada por *snipers* mexicanos e bloqueada no avanço, sendo obrigada a fundear e desembarcar a força para o assalto final, a cerca de 12 NM do objetivo.

Mas é durante a Guerra Civil (ou Guerra de Secessão) entre 1861 e 1865 que as operações ribeirinhas norte-americanas obtêm uma maior notoriedade, antes da experiência do Vietname. Desde os primeiros dias de guerra que os Unionistas e os Confederados lutaram pelo controlo do Mississippi, o rio estrategicamente mais importante na América do Norte. O Almirante *David G. Farragut* que já havia combatido na guerra anglo-americana com 12 anos de idade é o grande protagonista desta guerra ribeirinha quando as forças sob seu comando lutaram com bravura no estuário do *Mississippi* e alcançaram Nova Orleães, apoiando a partir daí as forças do General *Ulysses S. Grant* no envolvimento a *Vicksburg*, levando à rendição e derrota dos Estados Confederados (U.S. Navy, 1969).

⁴¹ Hoje conhecida de *Villahermosa*, capital do Estado de *Tabasco*.

⁴² Atualmente denominado de *Grijalva*.

⁴³ A Esquadra era composta por 4 navios de guerra a vapor, 6 escunas, plataformas rebocadas para fogo de morteiro, e várias embarcações.

Durante a 2ª Guerra Mundial as operações norte-americanas com projeção de poder em terra, ficaram marcadas pelo desígnio da capacidade anfíbia e não tanto pela ação ribeirinha, apesar da existência de algumas operações que tiveram continuidade em águas interiores. É, contudo, através da experiência dos franceses na Guerra da Indochina (1945-1954) que os norte-americanos se lançam posteriormente para o Vietname, constituindo um excelente caso de estudo. A semelhança na tipologia das operações e o seu recente envolvimento no mesmo teatro, foram os motivos que os levaram a analisar aquela guerra e considerar no planeamento algumas das lições entretanto identificadas.

b. A Guerra do Vietname

Em virtude das limitações impostas à dimensão do trabalho, a descrição que vamos efetuar sobre esta guerra centrar-se-á nas operações realizadas no delta *Mekong*⁴⁴, a zona onde as operações ribeirinhas tiveram uma expressão mais significativa (Benbow, et al., 2006, p. 75). Na verdade, esta área encontrava-se inserida num ambiente ribeirinho de excelência, constituído por vários rios e afluentes com mais de 2 400 km de águas navegáveis e 4 000 km de canais de irrigação, naturais e artificiais, que contornavam as margens irregulares e densamente arborizadas⁴⁵, propícias à montagem de emboscadas e à infiltração dos VC. Delimitada a Norte por Saigão, a Leste pelo Mar do Sul da China e a Oeste pelo Golfo da Tailândia e Cambodja, o delta *Mekong* ocupa uma área aproximada de 40 000 Km² e tinha, no início da década de 60, cerca de 8 milhões de habitantes. Era considerada, também, uma das áreas mais férteis da Ásia, sobretudo pela produção de arroz⁴⁶, cuja plantação era feita em campos inundados durante a época das monções do Sudoeste, entre maio e outubro. Junto à foz, a região era preenchida por pântanos e solos lodosos, enquadrada por uma selva densa, que durante a época das chuvas atingia alturas de água na ordem dos 2 a 3 metros impedindo qualquer movimento terrestre; a contrastar com as reduzidas LOC em terra⁴⁷, o movimento das populações, dos agricultores e também dos VC era feito, sobretudo, através do meio aquático. A influência da maré era uma das principais condicionantes onde a força da corrente se fazia sentir com grande intensidade,

⁴⁴ Esta área correspondia à região militar sul-vietnamita mais meridional, designada por *IV Corps Tactical Zone (CTZ)*.

⁴⁵ Predominância dos mangais e palmeiras.

⁴⁶ Responsável por mais de 80% da colheita de arroz no Vietname do Sul.

⁴⁷ A única via de comunicação em piso duro era a “*Route 4*”, que ligava o sul do território a Saigão (Spangler, 1995, p. 9).

chegando a atingir amplitudes de 3 a 4 metros de altura, com ciclos de difícil previsão devido aos obstáculos naturais e à irregularidade dos rios (Fulton, 1973, pp. 17-21).

1) Operação «*Game Warden*»

Esta operação tem início em dezembro de 1965 e marca o arranque da intervenção norte-americana no delta *Mekong*, altura em que já decorria uma outra intervenção da US Navy, na costa litoral, a Operação «*Market Time*»⁴⁸. Não obstante o esforço que estava a ser desenvolvido no litoral, constatou-se que os VC continuavam a operar com alguma liberdade no interior do território e a serem reabastecidos por Hanoi através de um outro vetor que não o mar, concretamente através do Laos e Cambodja - conhecido pelo *Ho-Chi-Minh Trail*. Tendo em consideração a inépcia e incapacidade das forças sul-vietnamitas em controlar o delta, a marinha norte-americana orienta a sua ação também para o interior com a TF 116 – *River Patrol Force*, dando assim corpo à Operação «*Game Warden*» que se irá prolongar até finais de 1968 (Forbes & Williams, 1987, pp. 29-49).

No início desta operação foram envolvidos cerca de 100 lanchas-patrolha (*Patrol Boat, River* – PBR), 20 lanchas de desembarque (*Landing Craft Personnel Large* – LCPL), 4 draga-minas (*Minesweepers Boat* – MSB), 2 navios anfíbios (um *Landing Ship Dock* – LSD e um *Landing Ship Tank* – LST – recuperados) e 8 helicópteros UH-1B⁴⁹. A missão consistia em efetuar patrulhas ribeirinhas e a vigilância junto às margens dos rios, desenvolver contramedidas de minas e prevenir a infiltração, o movimento e o reabastecimento dos VC ao longo do delta *Mekong* e da *Rung Sat Special Zone* (RSSZ)⁵⁰. Para além do problema inicial das Regras de Empenhamento (ROE – *Rules of Engagement*), que proibiam a inspeção de navios com pavilhão estrangeiro bem como o disparo contra embarcações em fuga ou forças terrestres sem autorização prévia⁵¹, a dificuldade na sustentação da força e a falta de doutrina levaram à adoção de um conceito de

⁴⁸ A operação *Market Time*, executada pela TF 115 - *Coastal Surveillance Force*, tinha como objetivo deter e capturar navios junto à costa que reabasteciam a guerrilha pelo mar – a prova dessa ameaça ficou registada a 16 de fevereiro de 1965 com o incidente na baía de *Vung Ro*, quando uma traineira norte-vietnamita foi detetada a desembarcar armamento e munições na praia; este incidente torna-se no catalizador específico para a entrada oficial dos norte-americanos na guerra do Vietname (Schreadley, 1986). Por estar orientada para as *green waters* ou águas territoriais, ela não é considerada um operação ribeirinha.

⁴⁹ Esta quantidade de meios materiais e humanos foi aumentando ao longo da campanha – realce para a introdução, em novembro de 1966, do *Patrol Air Cushion Vehicle* (PACV).

⁵⁰ Região adjacente ao delta *Mekong*, a Sul de Saigão, que estava identificada como sendo uma área de controlo dos VC. Com cerca de 1 300 km² o acesso por terra era difícil e a guerrilha aproveitava a falta de patrulhamento para controlar a região e a ligação fluvial a Saigão.

⁵¹ Algumas destas restrições foram levantadas em outubro de 1966 com a alteração das ROE.

emprego distinto e inovador, com o estabelecimento de bases flutuantes⁵² de onde os meios navais operavam. À medida que os americanos desenvolviam novas táticas e melhoravam a sua capacidade de combate, o IN reagia e implementava também diferentes formas de atuação (Spangler, 1995, pp. 37-49).

2) *Mobile Riverine Force* (MRF)

Apesar dos resultados que iam sendo alcançados na operação «*Game Warden*», o *United States Military Assistance Command, Vietnam* (MACV)⁵³ considerava que a única forma de assegurar o controlo do território seria com uma forte presença em terra, sendo que a única zona que não possuía forças terrestres americanas era a IV CTZ, a zona do delta *Mekong*⁵⁴. Dada a impossibilidade de atribuir essa tarefa aos *US Marine Corps* (USMC)⁵⁵, força mais vocacionada para operar nestes ambientes ribeirinhos, o General *Westmoreland*, Comandante do MACV decidiu atribuir a missão à 9th *Infantry Division*, unidade que estava em aprontamento em *Fort Riley*, no *Kansas*. Viria a ser a 2nd *Infantry Brigade* dessa Divisão, a sub-unidade nomeada para aquele teatro de operações, contando com o apoio de uma força naval constituída inicialmente por dois Grupos de Assalto Ribeirinho⁵⁶ e uma Esquadrilha de Apoio⁵⁷. Esta força conjunta, composta por cerca de 5 000 militares e designada por TF 117 – *Mobile Riverine Force*, foi criada em setembro de 1966 mas



Figura 7 – Desmontagem de uma base temporária pelas MRF
(Fonte: Forbes & Williams, 1987, p. 91)

só em junho do ano seguinte atingiu o *Full Operational Capability* (FOC), mantendo-se no teatro até agosto de 1969. A falta de doutrina e de meios apropriados para operar em

⁵² Tendo como plataforma de apoio os LST e outros pontões flutuantes.

⁵³ Comando das forças norte-americanas no Vietname.

⁵⁴ Segundo MACV, as forças terrestres sul-vietnamitas e a TF 116 que estavam a operar contribuíam para manter e controlar as posições no delta *Mekong* mas não tinham a capacidade de reduzir a presença das guerrilhas comunistas que estavam infiltradas e misturadas com a população.

⁵⁵ Os USMC já estavam a ser empregues naquele teatro mas num setor mais a norte, na I CTZ.

⁵⁶ Constituído basicamente por lanchas de transporte e desembarque de tropas, C2 e apoio de fogos.

⁵⁷ Navios do tipo LST ou APB que constituíam as *Mobile Riverine Base* (MRB). Fundeados ao longo do rio, serviam para alojamento das forças terrestres e de doca para os grupos de lanchas. As quatro plataformas inicialmente disponíveis, acomodaram dois dos três Batalhões - o terceiro ficou sediado em terra, em *Dong Tam*, na parte mais setentrional do rio *Mekong*.

ambiente ribeirinho sem que tivesse experiência passada em operações anfíbias, levantava a suspeita de que seria impossível operacionalizar aquela força num ambiente tão hostil quanto o delta *Mekong*. Para compensar essa limitação, os norte-americanos contavam com algumas lições aprendidas durante a operação «*Game Warden*» e outras, dos franceses, da guerra da Indochina (Fulton, 1973, pp. 26-41).

Sendo a principal missão desta força a destruição dos VC e dos seus recursos, quer nos rios quer em terra, ela não contemplava a pacificação e o apoio da população local, facto que lhe veio retirar algum mérito. Nos últimos seis meses assistiu-se ainda a uma redução na eficácia da força, acentuada pela atribuição de maiores responsabilidades às forças sul-vietnamitas e pela transferência de meios e forças para a Operação «*SEA LORDS*» (Spangler, 1995, pp. 63-64) que de seguida vamos descrever.

3) Operação «*SEA LORDS*»

Ainda com as três operações a decorrer⁵⁸, e mesmo admitindo que todas estavam a ser bem sucedidas ao nível tático e operacional, os VC conduzem a ofensiva de Tet⁵⁹ relevando o facto de que a guerra, afinal, estava a ser perdida ao nível estratégico. Ao assumir o Comando Naval das Forças no Vietname em setembro de 1968, o Vice-Almirante *Zumwalt* reconhece que os VC ainda têm enorme capacidade de guerrilha e que estão bem implantados no delta *Mekong*. Conclui, ainda, que as três forças-tarefa em operação deveriam juntar-se e serem coordenadas de uma forma mais eficiente, que segundo *Schreadley* (1986, p. 294) permitiria: (1) acabar de vez com as infiltrações inimigas e promover a pacificação; (2) retirar a iniciativa do IN na RSSZ e em outros santuários entretanto identificados; (3) acelerar o processo de Vietnamização⁶⁰. É, assim, constituída em 08 de outubro de 1968 a TF 194 que durante 21 meses conduz a Operação «*SEA LORDS*» - *SouthEast Asia Lake, Ocean, River, Delta Strategy*.

A intensificação das operações ribeirinhas junto à fronteira do Camboja, a condução de raides e assaltos aos santuários IN, o patrulhamento e a segurança das linhas de comunicação fluviais passaram a ser as missões desta nova força-tarefa. Segundo

⁵⁸ A recordar, as operações *Market Time* e *Game Warden*, e as *MRF*.

⁵⁹ Ofensiva lançada em janeiro de 1968 pelos VC com o apoio das forças norte-vietnamitas que visava sobretudo o colapso das forças do sul com a condenação política e internacional da intervenção norte-americana naquele território.

⁶⁰ Política da Administração *Nixon* que visava ampliar, equipar e treinar as forças sul-vietnamitas, atribuindo-lhes progressivamente um papel mais interventivo no conflito, ao mesmo tempo que reduzia gradualmente o número de tropas norte-americanas na região.

relatórios produzidos pela *intelligence*, a campanha de interdição aliada junto à fronteira, no delta *Mekong*, veio reduzir a liberdade de movimentos do IN e impedir a passagem de armamento, reabastecimentos e assistência médica. Contribuiu também para um ambiente mais seguro e estável na região, levando a população civil a deslocar-se com maior facilidade e a restabelecer os seus hábitos, com impacto direto no crescimento da economia. Os indicadores sobre a atividade no RSSZ revelaram a erradicação dos santuários, materializada na diminuição da resistência inimiga e no decréscimo acentuado de ataques a navios comerciais. Quanto ao reforço do patrulhamento ribeirinho implementado nas restantes LOC fluviais, o sucesso refletia-se no aumento da segurança e no restabelecimento do comércio local. Em termos de dificuldades, foram elencadas a duração das comissões (de 1 ano), a insuficiência de tropas no terreno, a rivalidade entre os ramos e o incumprimento dos prazos estabelecidos para transição, conhecido como *Accelerated Turnover to Vietnam* (ACTOV) (Spangler, 1995, pp. 72-120).

4) Lições aprendidas

Após cinco anos de intensas operações no delta *Mekong*, as forças norte-americanas transferem para o Vietname do Sul a responsabilidade no controlo ribeirinho da IV CTZ, encerrando mais um capítulo da sua história contemporânea. Se é indiscutível o contributo que as operações ribeirinhas deram para o sucesso das operações, não é menos verdade que durante o conflito foram identificadas inúmeras lições que merecem uma análise atenta.

A principal lição, segundo *Spangler* (1995, p. 131), é que a prontidão e preparação de uma força para conduzir operações ribeirinhas pode salvar muitas vidas e até tornar a vitória muito mais fácil. A Operação «*Game Warden*» foi um exemplo disso mesmo; sem qualquer experiência anterior, a força naval foi crescendo e aprendendo com os seus próprios erros, demorando quase 3 anos a atingir um nível de proficiência considerado aceitável. Nessa mesma operação, constatou-se que as plataformas flutuantes⁶¹ podiam ser uma boa alternativa às bases em terra e que o apoio aéreo próximo era crítico para a sobrevivência das forças. Deixou-nos ainda o testemunho de que o combate ribeirinho faz-se a partir da água e não, apenas, dentro de água, exigindo-se a presença de forças projetáveis para terra, que saibam interagir com a população. Aliás, essa é a grande lição que a MRF nos deixa, pelo antagonismo existente entre os objetivos estratégicos que

⁶¹ Como, por exemplo, os navios antigos já abatidos.

visavam a pacificação, e os do nível tático e operacional com a busca e destruição do IN. A falta de uma estrutura conjunta de comando e controlo, a integração da capacidade aérea e a importância reforçada do conceito *Mobile River Base* foram outras lições identificadas durante esta operação. Relativamente à Operação «*SEA LORDS*» a análise refere uma adequada adaptação ao cenário, um bom aproveitamento das lições anteriores e uma liderança firme que permitiu a integração do esforço conjunto e a coordenação das várias tarefas. Novas táticas, técnicas e procedimentos foram testados e implementados, acompanhados por um desenvolvimento tecnológico que se revelou, também, bastante importante⁶² (Spangler, 1995, pp. 132-135).

Ainda no decorrer da guerra, com base nas experiências efetuadas e nas lições identificadas, cada ramo elaborou manuais e criou nova doutrina para as operações ribeirinhas. A Marinha, fruto da sua experiência nas operações «*Market Time*», «*Game Warden*» e MRF desenvolveu inicialmente o *Naval Warfare Publication*, NWP 21(A) *Doctrine for Riverine Operations* editando mais tarde uma segunda edição, o NWP 21(B) onde adicionou alguns conceitos que haviam sido aplicados na Operação «*SEA LORDS*». O Exército, através do *U.S. Army Combat Developments Command* e com base na sua participação na *Mobile Riverine Force* publicou o TT 31-75 *Riverine Operations Interim Training Text*, enquanto que os *US Marine Corps* adotou o FMFM 8-4 *Interim Doctrine for Riverine Operations* (Bassett, 2006, pp. 18-19). Todas estas publicações constituíram a base de posteriores documentos e doutrina americana para operações ribeirinhas, deixando para as gerações vindouras um legado muito importante de como operar naquele ambiente tão complexo e adverso.

Uma vez terminado o conflito do Vietname, os EUA recentram a sua ação numa política mais dissuasora, prioridade que se exigia então com a Guerra Fria, tendo a Marinha reorientado novamente a sua estratégia para as *blue waters*. Este facto vem uma vez mais confirmar a tendência da história naval norte-americana, em que a capacidade ribeirinha apenas é criada para atuar nos grandes conflitos e onde, no final, as forças são dissolvidas e os meios destruídos, vendidos ou cedidos (Stolzenburg, 2008, p. 1).

⁶² Referências aos radares, aos equipamentos de visão noturna e outros sensores de vigilância e para aviso antecipado.

c. A reconstrução da capacidade ribeirinha

Com o final da Guerra Fria e o declínio da União Soviética, a Marinha norte-americana procurou diversificar as suas missões e apostou no desenvolvimento de capacidades para operar junto ao litoral. Com os ataques do 11 de setembro de 2001 e a entrada dos EUA na guerra contra o terrorismo (*Global War on Terrorism – GWOT*), a ameaça assimétrica junto à costa veio reforçar ainda mais esse objetivo, levando à adoção de uma estratégia naval mais ampla, que refletia o restabelecimento da capacidade ribeirinha (O'Rourke, 2008, p. 3). A Marinha precisava de uma esquadra renovada que apostasse no combate ribeirinho, conforme expresso pelo *Chief of Naval Operations* (CNO), Almirante Michael Mullen: “*We need a green water capability and brown water capability...I believe our Navy is missing a great opportunity to influence events by not having a riverine force. We're going to have one*” (2005 cit. por Benbow, et al., 2006, p. 5). Criado em 01 de outubro de 2005, o *Naval Expeditionary Combat Command* (NECC) é a estrutura de comando que vai integrar o *Riverine Group* (RIVGRU), uma nova capacidade da Marinha norte-americana que trinta e cinco anos após a guerra do Vietname voltaria a ser empregue no exterior, desta vez no Rio Eufrates, no decorrer da Operação «*Iraqi Freedom*» (OIF) (Flores, 2007, p. 1).

No período que mediou as guerras do Vietname e do Iraque a capacidade ribeirinha norte-americana foi praticamente inexistente, resumindo-se a dois pequenos núcleos. No início existiam apenas as *Special Boat Units*, unidades que apoiavam a projeção dos US Navy SEAL (*Sea Air and Land*); mais tarde, em 1991, os USMC criam a *Small Craft Company* (SCC) com capacidade de assegurar o transporte ribeirinho para as *Marine Expeditionary Units* (MEU), num conceito de emprego muito aproximado às MRF⁶³. Durante a década de 90 estes núcleos foram utilizados na cooperação com as forças armadas de alguns países sul-americanos, nomeadamente a Colômbia, através dos *Mobile Training Teams* (Shafer, 2001). Com o surgimento da guerra no Iraque, a SCC foi destacada para aquele teatro de operações onde conduziu raides, patrulhas ribeirinhas, abordagens⁶⁴, reabastecimentos táticos, segurança a infraestruturas, e vigilância a pontes⁶⁵. No final da comissão esta unidade foi extinta, uma vez que a Marinha recriava aquela capacidade.

⁶³ Este modelo previa a inclusão do Elemento de Combate Terrestre, fundamental na condução de operações ribeirinhas, conforme ficou provado durante a guerra no Vietname.

⁶⁴ Esta técnica é conhecida nos EUA pela sigla VBSS - *Visit, Board, Search and Seizure*.

⁶⁵ Viriam a participar também na operação a Falluja, em novembro de 2004, cobrindo o setor Oeste de onde se previa a retirada das forças inimigas.

O primeiro *Riverine Squadron* (RIVRON)⁶⁶ chegou ao teatro de operações, a 23 de março de 2007, com a missão de controlar a barragem hidroelétrica de *Hadithah* contra eventuais ataques dos insurgentes, e realizar várias patrulhas ao longo do rio Eufrates, na província de *Al Anbar* - no total, e até finais de 2008, passaram pelo Iraque os três novos RIVRON (Stolzenburg, 2008, pp. 18-23).

Numa ótica de rentabilização de recursos e potencialização de capacidades, está em curso desde o início de 2012 a fusão das *Riverine Forces* com as *Maritime Expeditionary Security Forces* (MESF)⁶⁷, resultando a nova *Coastal Riverine Force* (CRF). Esta capacidade, espelha a junção das *green* com as *brown waters* e constitui uma mudança de paradigma na doutrina ribeirinha. Trata-se de uma força cuja missão principal é a segurança marítima com capacidade anti-terrorista, especializada no combate a atividades ilícitas como o transporte de armas de destruição em massa, sequestros na zona molhada, pirataria e tráfico humano. As unidades são projetáveis para qualquer ponto do planeta onde se torne necessário garantir proteção de força, vigilância e segurança próxima. Com recurso à mobilidade e rapidez que os meios orgânicos lhe proporcionam, atuam desde o limite das águas territoriais até onde os rios lhes permitirem chegar (NECC, 2012).

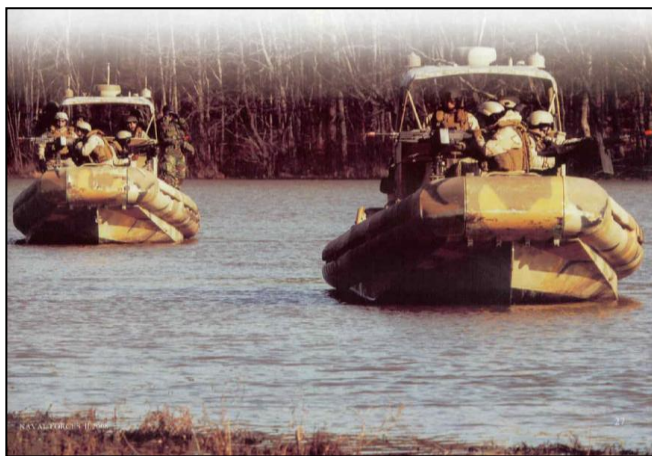


Figura 8 – Exercício conduzido pelo RIVRON 1
(Fonte: NECC, 2012)



Figura 9 - Exercício conduzido pelas Coastal Riverine Forces
(Fonte: NECC, 2012)

⁶⁶ RIVGRU é formado por 3 RIVRON e garante ao NECC a capacidade de combate em áreas ribeirinhas. Cada RIVRON é composto por 224 militares e 16 embarcações.

⁶⁷ As MESF eram sub-unidades do NECC responsáveis pela vigilância, defesa e proteção de força nas *green waters*, atuando basicamente em portos, fundeadouros e na costa litoral.

4. Forças Armadas: a estratégia militar, o poder naval e a capacidade ribeirinha

A nova conjuntura do século XXI introduziu profundas mudanças no cenário internacional que embora gerando oportunidades de evolução e o desenvolvimento tecnológico, estabeleceu também profundos níveis de incerteza, imprevisibilidade e interdependência. Fez, ainda, emergir um conjunto de riscos e de ameaças que podem afectar os interesses nacionais, a segurança dos países e a estabilidade da comunidade internacional (CEMA, 2011, p. 01). As desigualdades e os desequilíbrios associados a estes fatores de mudança vieram acentuar ainda mais a pluralidade de perspectivas e a adoção de abordagens assimétricas nas relações entre estados, organizações e pessoas. A complexidade do mundo hodierno é transversal a todos os setores da sociedade e exige, mais do que nunca, a implementação de estratégias válidas, racionais e eficientes, baseadas na recolha de sinergias e de complementariedade.

A Lei de Defesa Nacional (LDN)⁶⁸ que define a Política de Defesa Nacional, consagra também a elaboração dos vários documentos estruturais das estratégias nacional e militar, nomeadamente: o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN)⁶⁹, documento determinante dos princípios reguladores das acções de defesa integral do Estado; o Conceito Estratégico Militar (CEM)⁷⁰, documento determinante dos princípios reguladores das acções de defesa militar do Estado; as Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA), onde são definidas as orientações necessárias à actuação da Marinha, do Exército e da Força Aérea; o Sistema de Forças Nacional (SFN), que indica os meios necessários ao cumprimento das MIFA e estabelece as medidas fundamentais à sua edificação; como instrumento de materialização do SFN, a LDN identifica ainda a Lei de Programação Militar (LPM) (EMA, 2007).

Descrita a articulação do processo em que se desenvolvem as linhas estratégicas para o emprego das Forças Armadas, importa agora perceber qual é o enquadramento das operações ribeirinhas nesse âmbito. É nas MIFA que surge a descrição das missões que os militares devem cumprir, quer as de natureza conjunta⁷¹ - da responsabilidade das Forças Armadas, em geral - quer as particulares, no âmbito de cada um dos Ramos. As MIFA⁷²

⁶⁸ Lei n.º 31-A/09 de 07 de julho (Aprova a Lei de Defesa Nacional).

⁶⁹ O atual CEDN data de 2003 e foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, publicada no Diário da República n.º 16 – I Série-B, de 20 de janeiro.

⁷⁰ O CEM foi aprovado pelo Ministro de Estado e da Defesa Nacional em 22 de dezembro de 2003 e confirmado pelo Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) em 15 de janeiro de 2004.

⁷¹ Representam 76% do total das missões das Forças Armadas.

⁷² As MIFA 04, atualmente em vigor, foram definidas no CSDN em 21 de outubro de 2004.

decorrem do CEM e são definidas pelo CSDN, sob proposta do Ministro da Defesa Nacional e mediante a apresentação de um projeto aprovado em Conselho de Chefes de Estado-Maior (Assembleia da República, 2009). Na totalidade, as MIFA preconizam 25 tipos de missão diferentes das quais algumas podem exigir a capacidade de operar em ambiente ribeirinho. Começando pela defesa militar, centradas no Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente (EEINP), a intervenção militar poderá ter como objetivo vigiar e controlar áreas ribeirinhas bem como garantir as respetivas linhas de comunicação marítimas. No âmbito da prevenção e combate às novas ameaças, as forças ribeirinhas poderão ser empregues contra ameaças terroristas, na prevenção e combate à proliferação de armas de destruição em massa, e do crime organizado. Nos compromissos internacionais o quadro permite a aplicação de forças ribeirinhas em operações que sejam conduzidas pelas Organizações de que Portugal faz parte, tendo como objetivo preservar a paz e a segurança internacionais. Quanto às missões de interesse público, e em articulação com outros organismos do Estado⁷³, as Forças Armadas poderão ser envolvidas em operações ribeirinhas para apoio às populações em caso de acidente grave, na proteção ambiental, na busca e salvamento⁷⁴, e na preservação do património. É no âmbito do apoio à política externa, nomeadamente na proteção e evacuação de cidadãos nacionais em áreas de tensão ou crise, em missões de paz e humanitárias ou na cooperação técnico-militar, que a capacidade ribeirinha poderá assumir um papel ainda mais relevante. No âmbito das missões particulares atribuídas à Marinha, realce para o exercício da autoridade do Estado, quer em matéria de fiscalização e policiamento, de cooperação com as autoridades portuárias e também nas atividades de hidrografia.

Relativamente ao SFN⁷⁵ este define a tipologia e os quantitativos de forças/meios necessários para o cumprimento das missões. Compete ao CSDN a definição do sistema de forças nacional, mediante proposta do Ministro da Defesa Nacional ao projeto apresentado pelo Conselho de Chefes de Estado-Maior (Assembleia da República, 2009). Conforme descrevemos no primeiro capítulo, as operações ribeirinhas são conceptualmente um caso particular das operações anfíbias que exigem uma atuação tridimensional e o recurso à utilização de diversos meios que garantam o transporte, a projeção e o apoio das forças no

⁷³ Decorrente da recente extinção do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE), em janeiro último, a Autoridade Nacional de Proteção Civil passou a integrar as suas funções em matéria de planeamento e coordenação das necessidades nacionais.

⁷⁴ Damos como exemplo as operações de resgate de Entre-os-Rios, em março de 2001.

⁷⁵ O atual SFN da Componente Operacional (SFN-COP) foi definido pelo CSDN em 21 de outubro de 2004.

terreno. A constituição dessa força depende do tipo de missão e das características da área de operações, sendo normal que o seu emprego seja de natureza conjunta e envolva meios e forças das três componentes⁷⁶. Porém, e porque o ambiente ribeirinho exige, em primeiro lugar, meios aquáticos para uso das LOC fluviais e marítimas o conceito é predominantemente naval e constitui uma responsabilidade das Marinhas. Em termos nacionais, a aptidão e competência para operar em áreas ribeirinhas decorre da capacidade de projeção de força, cuja atribuição e responsabilidade é da componente naval.

É, pois, no âmbito do poder naval que as operações ribeirinhas se enquadram. A atual diretiva de política naval (CEMA, 2011) que enuncia os objetivos e as linhas de ação do Almirante Chefe de Estado-Maior da Armada, tem por base três funções essenciais: a defesa militar e apoio à política externa (DMAPE); a segurança e autoridade do Estado (SAE); e, o desenvolvimento económico, científico e cultural (DECC). É no âmbito das duas primeiras funções que as operações ribeirinhas mais se inserem, senão vejamos: a DMAPE tem um carácter predominantemente expedicionário que assenta no uso da projeção de força e de proteção desse vetor, com o objetivo de intervir ou influenciar os acontecimentos no mar ou a partir do mar, sendo que as tendências apontam para conflitos de baixa intensidade e para operações no litoral, privilegiando crescentemente empenhamentos conjuntos e combinados numa moldura de segurança cooperativa; a SAE assenta no exercício da soberania e da jurisdição sobre os espaços que integram o domínio público marítimo e outras áreas de jurisdição que visam a segurança marítima e salvaguarda da vida humana no mar, a vigilância, fiscalização e exercício de polícia, e o estados de exceção e proteção civil (Estado-Maior da Armada, 2005).

Em resumo, as operações ribeirinhas são ações de natureza conjunta que visam o controlo e a segurança das águas interiores e que se enquadram numa estratégia do poder naval, materializada no atual SFN-COP pela capacidade de projeção de força. No âmbito da defesa e apoio à política externa podem ocorrer no âmbito de operações de evacuação de não combatentes, em missões de paz e de assistência humanitária, enquanto que em matéria de segurança e autoridade do Estado, o apoio às populações em caso de acidente grave e o combate ao terrorismo são apenas alguns exemplos de aplicação.

⁷⁶ Considera-se que as forças ribeirinhas devem ser *tailored for the mission*.

“O futuro é construído pelas nossas decisões diárias, inconstantes e mutáveis, e cada evento influencia todos os outros”.

(Alvin Toffler)

5. Projeção de cenários

a. Metodologia

A projeção de cenários é uma ferramenta do processo estratégico realizada a partir de variáveis, perspectivas e relações que nos ajudam a visualizar o futuro e a tomar decisões. Para *Shoemaker* (1995 cit. por *Lindgren & Bandhold*, 2003) um cenário é “*A disciplined method for imaging possible futures in which organizational decisions may be played out*” o que não significa ser uma previsão baseada no presente, nem um simples prognóstico ou visão de um futuro desejado. A criação de cenários é um processo natural que em situações simples se processa automaticamente no nosso cérebro, através da confrontação entre o desejo, a probabilidade e a possibilidade de algo vir a acontecer⁷⁷. É com base nessa análise e na gestão do risco que esses cenários são elaborados mentalmente, sem que façamos um grande esforço intelectual. Em situações mais complexas e incertas, como aquela que hoje vivemos, o processo é idêntico ao anterior e apenas difere na profundidade da análise. Este exercício acadêmico pode desenvolver-se, segundo *Lindgren & Bandhold* (2003, p. 32), em três modelos diferentes: o “*expert model*”, o “*participation model*” e o “*organization model*”. Por restrições de tempo e pela natureza deste trabalho, o modelo que vamos usar é o primeiro⁷⁸, aplicando o TAIDA (*Tracking, Analysing, Imaging, Deciding, Acting*)⁷⁹ como metodologia de análise.

A razão pela qual projetamos estes cenários prende-se com o grau de relevância e também de incerteza das operações ribeirinhas no futuro, o que pode implicar alterações estruturais dessa capacidade. Para isso, definimos como horizonte temporal os próximos 25 anos sendo esse o período em que a alteração do quadro geoestratégico deverá estar consolidado, em que contamos com a liderança de uma nova geração na vida política e militar (USJFCOM, 2010), e atingimos o limite de vida de alguns meios hoje existentes nas Forças Armadas que terão de ser repensados.

⁷⁷ Enquanto que a visão é uma ideia qualitativa que se baseia num futuro desejado sem avaliação de riscos, a previsão quantifica o futuro pela probabilidade de ocorrência suportado em algumas relações e também sem riscos associados. Já o cenário identifica as várias possibilidades com base na incerteza e medindo os riscos que cada um comporta.

⁷⁸ É o processo mais simples e o mais rápido que permite ser desenvolvido por apenas um elemento.

⁷⁹ Este ciclo é uma versão derivada do OODA (*Observe, Orient, Decide, Act*) sendo que o *Orient* engloba as fases do *Analysing* e o *Imaging*. Para efeitos deste trabalho suprimimos o último passo, o *Act*.

Por consideramos que a capacidade ribeirinha é geneticamente uma responsabilidade das Marinhas (Benbow, et al., 2006, p. 1)⁸⁰ a projeção dos cenários apenas foca a componente naval. Deste modo e entrando na fase do *Tracking* importa desde logo obter uma perspetiva do emprego desta capacidade no passado e verificar qual é o panorama atual, razão pela qual introduzimos os capítulos 2, 3 e 4 nesta investigação. Se a capacidade ribeirinha nacional atingiu o seu auge durante a Guerra do Ultramar, em África, fruto de uma necessidade operacional naqueles teatros de operações, hoje o redirecionamento para a capacidade de projeção de força através da condução de operações anfíbias mais clássicas, introduz uma nova abordagem conceptual⁸¹ no modelo. Por outro lado, em termos de tendências e incertezas, deveremos considerar a grave crise económica que estamos a viver⁸², os compromissos assumidos com as várias organizações internacionais e o imprevisível ambiente estratégico que frequentemente se altera e introduz novas ameaças e perigos. Esta monitorização leva-nos à fase seguinte que é a *Analysing* em que, ao correlacionarmos as várias tendências, concluímos que no futuro teremos de estar preparados para cumprir novas missões com menos recursos, basear a nossa estratégia na especialização e na complementaridade de capacidades⁸³, estabelecendo parcerias e alianças, quer ao nível interno quer externo. Ultrapassada esta etapa, é altura de introduzir a visão ou a *Imaging*. Segundo o Estado-Maior da Armada (2004, pp. 3-4) a visão da Marinha para o futuro indica que “os confrontos oceânicos de grande evergadura serão pouco prováveis”, “as ações militares terão carácter expedicionário” e “a aproximação das Marinhas ao litoral será evidenciada, sendo necessário valorizar a componente anfíbia e o emprego de fuzileiros”. *Deciding* é a fase que se segue: que medidas se devem implementar para ir ao encontro desta visão, tirando vantagem das oportunidades e evitando as ameaças que o ambiente futuro nos reserva? A resposta será vertida em cada um dos cenários que de seguida apresentamos: «A consolidação da capacidade anfíbia» e «O estabelecimento de uma capacidade litoral».

⁸⁰ Apesar de considerarmos que as operações ribeirinhas são operações conjuntas que prevêm o emprego de várias componentes (incluindo as Operações Especiais), a caracterização do ambiente ribeirinho requer, em primeira instância, a presença de meios e de forças navais - eventuais apoios, aéreo e terrestre, são utilizados em reforço, consoante o nível de ameaça e os efeitos que se pretendam atingir.

⁸¹ Esta abordagem assenta numa visão mais ampla sem admitir a perda da capacidade ribeirinha.

⁸² Com impacto direto na redução de efetivos e no corte da despesa nas Forças Armadas.

⁸³ Segundo o Primeiro-Ministro, as medidas a implementar devem procurar “um mais elevado produto operacional, medido em prontidão, eficiência, capacidade de projecção e sustentação, face aos actuais e previsíveis recursos” (2011, p. 6).

b. A consolidação da capacidade anfíbia

O “regresso” da Marinha portuguesa às *brown waters*, no modelo de África, não é um cenário que seja expectável para um futuro próximo. Durante a Guerra de África, a Marinha empenhou nos três teatros de operações cerca de 12 mil fuzileiros⁸⁴ e contava com uma esquadra de 143 unidades navais combatentes, das quais 64 eram Lanchas de Desembarque, 35 Lanchas de Fiscalização e 17 Patrulhas (Marinha, 2009). Terminado o conflito, parte dessa capacidade foi extinta, tendo a Marinha direcionado os seus fuzileiros para a condução de operações anfíbias de natureza convencional⁸⁵ e a esquadra mais orientada para o combate oceânico. Por outro lado, os cortes que têm sido efetuados na despesa com as Forças Armadas produzem efeitos em vários domínios, nomeadamente na redução significativa de pessoal e na obsolescência de alguns meios. O nível de ambição, hoje assumido por Portugal, de projetar e manter uma unidade anfíbia de escalão batalhão⁸⁶ em qualquer local do Espaço Estratégico de Interesse Nacional (EEIN), e para todo o espectro de missões, está condicionado pela capacidade transporte, projeção, apoio e sustentação dessa força⁸⁷. Será, então, credível manter este nível de ambição? Se afirmativo, em que medida essa capacidade de projeção de força, permite a participação em operações ribeirinhas? Antecipando uma resposta à primeira questão, inferimos que o nível de ambição para projeção de força em terra manter-se-á desde que seja assegurada a entrada ao serviço de um navio anfíbio, seja ele um polivalente logístico ou um LPD.



Figura 10 – Projeto do Navio Polivalente Logístico
(Fonte: Revista de Marinha, 2009)

⁸⁴ Estes efetivos foram distribuídos por treze DFE que efetuaram, no total, sessenta comissões e doze Companhias de Fuzileiros em quarenta e cinco comissões no Ultramar (Marinha, 2009).

⁸⁵ O escalão da Força de Desembarque no final da década de 70 contemplava um Batalhão Reforçado de Desembarque (BRD).

⁸⁶ Constituído pelo Batalhão Ligeiro de Desembarque (BLD).

⁸⁷ Enquanto que no final da Guerra de África a Marinha possuía 14 escoltas oceânicos hoje possui uma esquadra com menos unidades navais e consideravelmente mais envelhecida (Marinha, 2009).

Este meio naval, para além de conferir a possibilidade de projetar o BLD para terra através da condução de uma operação anfíbia, permite ainda o transporte de outros meios e forças para emprego específico em ambientes ribeirinhos (EMA, 2007). Atualmente, o plano do Curso de Formação de Praças fuzileiros (EF, 2003) contempla a instrução de técnicas e táticas necessárias para operar neste tipo de ambientes, tendo como princípio o uso do binómio fuzileiro/bote, desenvolvido e testado durante o conflito em África. Talvez com um volume de forças inferior ao outrora empregues, possivelmente em ambientes diferentes da guerra insurgente que vivemos no Ultramar, Portugal manterá a capacidade de conduzir operações ribeirinhas no âmbito da evacuação de cidadãos não-combatentes, em ações de assistência humanitária, de socorro a desastres naturais, no combate à criminalidade e ao terrorismo transnacional.

Tendo como premissa o facto do mar ser o vetor de excelência na ligação dos povos, por vezes o único que permite exercer o apoio militar à política externa do estado ou servir de plataforma para intervir internamente em situações de catástrofe ou calamidade⁸⁸, Portugal consolida esta capacidade de projeção de força com um investimento relativamente baixo e está a honrar os seus compromissos no quadro das Alianças a que pertence.

c. O estabelecimento de uma capacidade litoral

Terminado o período da Guerra Fria, a nova tipologia da ameaça veio deslocar o poder naval para o litoral, desafiando as Marinhas a repensar as suas estratégias. É o caso da Marinha norte-americana que no início deste século apostou na construção de unidades navais para operar no litoral e, ainda, no levantamento do NECC, reagrupando debaixo do mesmo Comando todos os elementos que compõem a capacidade expedicionária da US Navy, entre as quais as *Riverine Forces*⁸⁹. Esta abordagem revela o interesse da Marinha nas *green e brown waters* sem interferir, contudo, na capacidade de desembarque que se mantém sob jurisdição dos USMC. Curiosa é, ainda, a recente fusão das *Riverine Forces* com as MESF dais quais resultam as CRF, numa clara preocupação de otimizar os recursos.

⁸⁸ Por exemplo, o emprego da Marinha no âmbito do plano “TEJO” para apoio às populações em áreas afetadas pelas cheias no rio Tejo.

⁸⁹ É importante mencionar que apesar desta aproximação ao litoral, a US Navy mantém a sua capacidade de intervenção oceânica e de projeção de força, baseada respetivamente nos *Carrier Strike Groups* (CSG) e nos *Amphibious Ready Groups* (ARG) (Navy, 2011).

Este segundo cenário tem por base o conceito que atrás descrevemos, isto é potenciar a capacidade de combate da Marinha no litoral sem distinguir a ação costeira da ribeirinha. Garantir segurança marítima e controlo próximo de costa, incluindo a intervenção em águas interiores é uma solução que garante a manutenção da capacidade ribeirinha, pese embora essa decisão possa ter reflexos na capacidade de projeção de força⁹⁰. Como linha de força identificamos a capacidade de proteção de força face a ameaças assimétricas e terroristas que se desenvolvem junto a costa, quer no litoral quer em águas interiores, aproveitando as sinergias e a sobreposição das áreas que são contíguas e complementares. Como fraquezas, reconhecemos a necessidade de efetuar algum investimento em equipamento e formação bem como redefinir o conceito de emprego operacional dos fuzileiros. A recriação dos Destacamentos, vocacionados para missões de assalto anfíbio, contra terrorismo, ação direta, reconhecimento especial e intervenção em águas interiores, e das Companhias de Fuzileiros para assegurar o patrulhamento e a proteção de força a navios, embarcações e instalações navais, o modelo exige ainda uma unidade de meios costeiros, baseada em lanchas de assalto rápido, projeção e infiltração⁹¹.

Não fosse a crescente tendência das marinhas ocidentais em desenvolver esta capacidade litoral, para atuação na orla costeira e ribeirinha, e diríamos que estávamos a construir um novo conceito de emprego de forças que responde à visão por nós apresentada.



Figura 11 – Dois CB90 em missão de proteção de força à entrada de um estuário.
(Fonte: NECC, 2012)

⁹⁰ As Marinhas norte-americana e francesa adotaram este modelo mas convém salientar que em ambos os casos a capacidade de desembarque anfíbio é assegurado por um outro ramo, os *Marines* e o Exército, respetivamente. Por outro lado, a Suécia, desenvolve o seu conceito de poder naval com base no litoral, a que designa por *Extreme Littoral Warfare*, mantendo contudo a capacidade anfíbia (ao nível de um Batalhão) e a proficiência para atuar em ambientes ribeirinhos.

⁹¹ Como exemplo, referimos o CB90 (*Combat Boat* - capacidade de transporte de 21 militares equipados e velocidade máx. 40 nós) que atualmente já equipam as Marinhas da Suécia, Alemanha, Noruega, México, Malásia e Grécia e se encontra em processo de aquisição para os EUA (*Coastal Riverine Force*).

Conclusões

Terminamos este trabalho de investigação com a apresentação das conclusões e com umas breves recomendações que derivam do objeto em estudo. Efetuaremos uma síntese geral do tema, seguido de uma análise dos resultados com base nas respostas às questões derivadas ao teste das hipóteses. Por fim, efetuamos as necessárias recomendações para o futuro.

Podemos afirmar que a segurança marítima é hoje uma das principais preocupações para a estabilidade global pois dela depende 90% do comércio mundial, sendo a pirataria uma das ameaças mais mediáticas. Mas os limites do espaço marítimo não se esgotam no mar, estendem-se para além da costa litoral e entram, em profundidade, pelo interior dos grandes rios e bacias hidrográficas, escondendo os mais diversos perigos e ameaças. Existem em todo o planeta mais de cem grandes bacias hidrográficas, onde se movimenta grande parte do comércio mundial. Se a esse facto adicionarmos um outro elemento estatístico que é a população residente junto às margens, facilmente percebemos a importância que o controlo e a segurança destas linhas de comunicação marítimas assumem, mesmo em tempo de paz.

A guerra nos rios e estuários tem sido conduzida desde os tempos mais remotos, onde o controlo das linhas de comunicação fluviais e margens garante uma clara vantagem para quem o exerce. Apesar destas operações terem algumas similitudes com as operações terrestres, existe no entanto diferenças consideráveis: as características físicas do próprio ambiente, onde a especialização das forças é a chave para o sucesso; a dimensão e articulação dessas forças devido à sua necessária mobilidade e flexibilidade, bem como o armamento ligeiro que devem utilizar; a necessidade de embarcações especiais para transporte, apoio e sustentação das forças bem como o apoio aéreo próximo, também especializado. O ambiente ribeirinho é por definição um ambiente tridimensional, modular e integrado por forças conjuntas, requerendo um planeamento meticuloso e uma execução especializada. A existência de barreiras naturais ao longo dos rios são normalmente aproveitadas pelo IN para montagem de emboscadas integrando minas e outros obstáculos artificiais. As correntes, os bancos de areia, as represas, as amplitudes de maré, a meteorologia e as cartas desatualizadas são apenas outros exemplos das dificuldades que estas forças podem ter que enfrentar. O principal objetivo das operações ribeirinhas é obter e manter o controlo das áreas ribeirinhas cujo grau depende da importância que essa área tem para toda a campanha militar. Reconhecimento, assalto, interdição ou apoio, são algumas ações táticas que podem ser conduzidas durante estas operações. A estrutura de

comando e controlo varia também com a tipologia das forças empregues, sendo por norma exercido pelo Comandante da força conjunta.

Durante o século XX registaram-se três grandes conflitos cujas operações ribeirinhas tiveram um papel relevante e donde se retiraram várias lições, muitas delas ainda válidas nos dias de hoje. Estudando mais em detalhe o exemplo de África e do Vietname, identificámos vários denominadores comuns, dos quais destacamos: serem guerras subversivas de elevada intensidade cujas linhas de comunicação fluvial eram frequentemente utilizadas pelos insurgentes para se infiltrarem e lançarem ações junto aos autóctones; a grande distância que separava os teatros de operações das respetivas metrópoles dificultando a sustentação logística das forças; a extensa duração dos conflitos, que provocou a saturação dos militares e minou a opinião pública internacional; a falta de preparação, conhecimento, experiência e doutrina no emprego da capacidade ribeirinha; a aquisição extemporânea de meios ribeirinhos adequados às necessidades; o número elevado de baixas e a derrota política, ainda que militarmente tivessem obtido algum sucesso; a desmobilização das forças e o desmantelamento (e cedência) de alguns meios no final do conflito. A experiência destes teatros sugere que a edificação de uma capacidade ribeirinha não é imediata e tem custos avultados. Ao invés, manter essa capacidade durante o tempo de paz (ainda que de forma reduzida), contribui para a manutenção da doutrina e do treino básico, sendo estas as variáveis mais complexas de readquirir.

No seguimento do trabalho iremos agora analisar os resultados, começando por recordar a questão central: **“Que cenários podemos projetar para os próximos vinte e cinco anos relativamente à capacidade ribeirinha das Forças Armadas portuguesas?”**. Para responder a esta questão central e às respectivas questões derivadas, levantamos três hipóteses que procuramos testar ao longo do trabalho:

No primeiro capítulo verificámos que as operações ribeirinhas eram operações militares com características especiais, que requeriam o emprego de forças bem treinadas e de meios apropriados para atuar num ambiente que é, por natureza, adverso. Tinham por objetivo manter o controlo das linhas de comunicação marítimas e a segurança nas margens, através de ações de reconhecimento, assalto, interdição e apoio. A condução destas operações pode realizar-se em todo o espectro do conflito, desde ambientes permissíveis até aos hostis. Dada a tridimensionalidade do ambiente em que ocorrem e ao possível emprego de forças conjuntas, as operações ribeirinhas configuram-se como um caso particular das operações anfíbias, facto que vem confirmar a H1: “As operações ribeirinhas são um caso particular das Operações Anfíbias” e responder à QD1: “Como se

caracterizam as operações ribeirinhas?”.

De forma a responder à QD2: “Quais foram as principais lições [ribeirinhas] identificadas nas guerras de África e Vietname?” foram identificadas e estudadas algumas lições ao longo do segundo e terceiro capítulos. Podemos referir que a principal, comum aos dois teatros, foi a dificuldade em erigir a capacidade ribeirinha. Necessitaram de adquirir novos meios e aprontar forças de forma extemporânea, tiveram de elaborar procedimentos e criar doutrina à medida que a guerra ia decorrendo, traduzindo-se em tempo perdido, elevado número de baixas e em custos de aquisição elevadíssimos. Da análise que efetuámos, constatamos que existem muito mais semelhanças do que diferenças; apesar da assimetria na dimensão dos dois teatros e no volume de forças empregues, os cenários tiveram várias similitudes, o que nos leva a rejeitar a H2: “As operações ribeirinhas conduzidas nas guerras do Ultramar e Vietname são conceptualmente distintas”.

No quarto capítulo, percorremos todo o processo de planeamento estratégico militar e descrevemos os vários níveis até chegarmos ao dispositivo de forças que pode ser empregue em operações ribeirinhas. Procurando dar resposta à QD3: “Em que esfera do poder militar se enquadra a capacidade ribeirinha?”, verificámos que ela é, geneticamente, uma responsabilidade do poder naval, e que no âmbito da sua função de defesa militar e apoio à política externa, configura a possibilidade de ser conduzida durante uma evacuação de não-combatentes, o que vem confirmar a H3: Uma operação de evacuação de não-combatentes (NEO) pode ser uma operação ribeirinha”.

Assim, para concluirmos o nosso estudo e por forma a responder à questão central do trabalho, “Que cenários podemos projetar para os próximos vinte e cinco anos relativamente à capacidade ribeirinha das Forças Armadas portuguesas?” podemos referir que a projeção de cenários é uma ferramenta do planeamento estratégico que ajuda à decisão e estabelece linhas de orientação essenciais para as organizações. Por forma a minimizar o efeito da incerteza e a relatividade da nossa visão, procurámos caracterizar com rigor as operações ribeirinhas, identificámos os principais ensinamentos que as guerras do Ultramar e do Vietname nos deixaram, e avaliámos cuidadosamente as principais tendências do meio envolvente. O resultado dessa análise permite-nos resposta à nossa questão central verificando-se que: **“A capacidade ribeirinha nacional nos próximos vinte e cinco anos será materializada: ou pela consolidação da atual capacidade anfíbia; ou pelo estabelecimento de uma nova capacidade litoral.”**

As operações ribeirinhas têm preenchido longas páginas na história das Marinhas expedicionárias. Aquelas que tiverem meios adequados e forças preparadas para atuar nesses ambientes perigosos e potencialmente hostis, conseguem executar um vasto leque de missões, desde assaltos anfíbios, patrulhas, interdição de áreas, contra-subversão, apoio à paz e assistência militar, entre muitas outras. São operações inerentemente conjuntas e na maior parte das vezes combinadas com forças autóctones, o que requer uma estrutura de comando e controlo flexível e meios interoperáveis. As embarcações, e não obstante serem a ferramenta central deste *puzzle*, pouco ou nada fazem sem a projeção de força para terra ou se não tiverem apoio de fogos, naval e aéreo próximo, que lhes garanta cobertura durante os movimentos. A falta de uma visão estratégica abrangente e transversal tem levado a que muitas Marinhas, após o final de conflitos ribeirinhos, dissolvam as suas forças e desativem os meios, repetindo sistematicamente os mesmos erros. Tal como no passado, as operações ribeirinhas continuarão a ser importantes no futuro, exigirão a introdução de nova tecnologia, a atualização de doutrina em tempo de paz e a adaptação de procedimentos que permitam uma mais célere capacidade de resposta. Residirá, contudo, no elemento humano a chave do sucesso na condução destas operações.

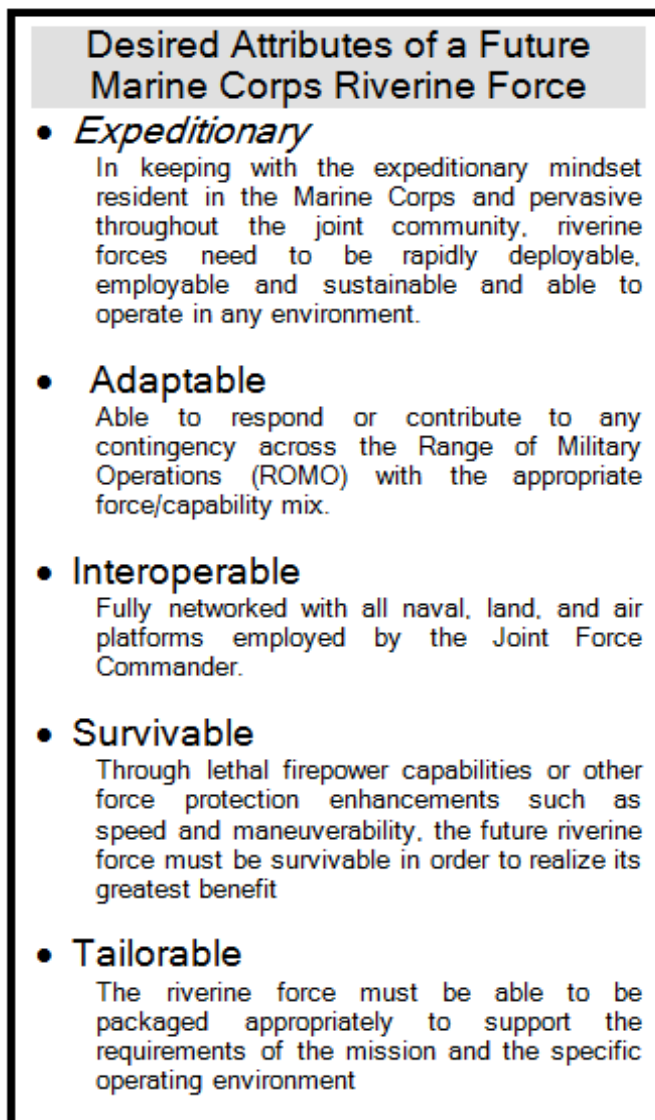


Figura 12 – Características desejáveis de uma Força Ribeirinha.
(Fonte: USMC, 2003)

Bibliografia

Amorim, D. P. d., 1999. *A Marcha da Associação de Fuzileiros*. Lisboa: Associação de Fuzileiros.

APRH, 2010. *Regiões e Bacias Hidrográficas*. [Online]

Disponível em:

http://www.aprh.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=35&Itemid=

[Acedido em 31 Março 2012].

Assembleia da República, 2009. *Aprova a Lei de Defesa Nacional (Lei n.º 31-A/2009 de 07 de Julho)*. Lisboa: Diário da República..

Assembleia da República, 2009. *Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (Lei Orgânica n.º 1-A/2009)*. Lisboa: Diário da República.

Baêna, L., 2006a. *Fuzileiros: Factos e Feitos na Guerra de África, 1961/1974*. INAPA ed. Lisboa: Comissão Cultural Marinha.

Baêna, L., 2006b. *Fuzileiros: Factos e Feitos na Guerra de África, 1961/1974*. INAPA ed. Lisboa: Comissão Cultural de Marinha.

Baêna, L., 2006c. *Fuzileiros: Factos e Feitos na Guerra de África, 1961/1974*. INAPA ed. Lisboa: Comissão Cultural de Marinha.

Baêna, L., 2006d. *Fuzileiros: Factos e Feitos na Guerra de África, 1961/1974*. INAPA ed. Lisboa: Comissão Cultural de Marinha.

Barnett, T. P. M., 2005. *The Pentagon's New Road Map: War and Peace in the Twenty-first Century*. New York, NY: Berkley Books.

Bassett, L. C. W. B., 2006. *The Birth of Modern Riverine Warfare: U.S. Riverine Operations in the Vietnam War*, Newport: s.n.

Benbow, R. et al., 2006. *Renewal of Navy's Riverine Capability: A Preliminary Examination of Past, Current and Future Capabilities*, Alexandria: Center for Naval Analysis Corporation.

- Brockey, L. M., 2008. *Portuguese Colonial Cities in the Early Modern World*. Princeton(NJ): Ashgate.
- Calvão, A., 1976. *De Conakry ao M.D.L.P..* nº6 ed. Lisboa: Editorial Intervenção.
- Calvão, A., 2012. *A vida aventureira do comandante Calvão* [Entrevista] (09 Março 2012).
- Cann, J. P., 1997. *Counterinsurgency in Africa: The Portuguese Way of War, 1961-1974*. Greenwood Press ed. London: s.n.
- Cann, J. P., 2009. *A Marinha em África*. Lisboa: Prefácio.
- Carvalheira, V. J. A. L., 1972. *A Acção da Marinha em Águas Interiores 1961-1971*, Lisboa: Ministério da Marinha.
- CEMA, 2011. *Diretiva de Política Naval*. Lisboa: Marinha.
- Clegg, C. U. A. R. H., 1985. *Riverine Warfare*. Quantico: USMC Comand and Staff College.
- Coelho, P. P., 2011. *Discurso na Cerimónia Abertura Solene do Ano*. Lisboa: Gabinete Primeiro Ministro.
- Collier, D., Laporte, J. & Seawright, J., 2010. Typologies: Forming Concepts and Creating Categorical Variables. In: *The Oxford Handbook of Political Methodology*. New York: Oxford University Press.
- Crespo, M. P., 1960. As Missões das Forças Navais na Guerra Revolucionária. In: *Anais Clube Militar Naval (Julho-Setembro)*. Lisboa: CMN, pp. 537-550.
- Croizat, C. U. (. V., 1986. *Riverine Warfare in Vietnam 1945-1975*. New York, NY: Blanding Press.
- DHN, s.d.. *Navegação eletrónica e em condições especiais*. [Online]
Disponível em: <https://www.mar.mil.br/dhn/bhmn/download/cap-40.pdf>
[Acedido em 09 Fevereiro 2012].
- E., 2002. *Watersheds of the World - A Map of the Primary Watersheds Analyzed*, s.l.: World Resources Institute.
- EF, 2004. *Plano Curso Formação Praças Fuzileiros (CFP)*. Lisboa: Marinha.
- EF, 2003. *Relatório da Operação “Bujarrona”*, Vale de Zebro: DFOAS.
- EMA, 2004. *Política Naval*. Lisboa: EMA.

- EMA, 2007a. *Documentação Estruturante da Estratégia Naval*. Lisboa: s.n.
- EMA, 2007b. *POA 6 - Requisitos Operacionais do Navio Polivalente Logístico*. (C) ed. Lisboa: Estado-Maior da Armada.
- Estado-Maior da Armada, 2005. *Conceito de Estratégia Naval – Diretiva Genética*. Lisboa: EMA.
- Flores, R., 2007. *Improving the US Navy Riverine capability: Lessons from Colombia experience*, Monterey: Naval Postgraduate School.
- Forbes, J. & Williams, R., 1987. *Riverine Force, The Vietnam War*. Bearsville(NY): Bantam Books, Inc..
- Fórum Armada, 2005. *A Operação Mar Verde, Parte 2 – A decisão e a preparação*. [Online]
Disponível em: <http://forumarmada.no.sapo.pt/docs/FA-Marverde/marverde2.html>
[Acedido em 27 Dezembro 2011].
- Fulton, M. G. W. B., 1973. *Riverine Operations 1966-1969*. Washington, DC: Department of the Army.
- Geologia, S. C. d., 2008. *Bacias Hidrográficas*. [Online]
Disponível em: <http://supercraniosdageologia.blogspot.pt/2008/02/eroso-fluvial-dos-rios.html>
[Acedido em 28 Dezembro 2011].
- Gerring, J., 2010. Case Selection for Case-Study Analysis: Qualitative and Quantitative Techniques. In: *The Oxford Handbook of Political Methodology*. New York: Oxford University Press.
- Gil, C. F., 2009. *Relevance of Riverine Capability for Today's Portuguese Navy*, Quantico: Marine Corps University.
- Guerra Colonial, 2005. *Guerra Colonial, 1961-1974*. [Online]
Disponível em:
http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/uploaded/flash/mapa_africa.swf
[Acedido em 27 Dezembro 2011].
- Hinrichsen, D., 1998. *Coastal Waters of the World: Trends, Threats and Strategies*. Washington, DC: Island Press.

IH, s.d.. *Instituto Hidrográfico*. [Online]

Disponível em <http://www.hidrografico.pt/glossario-cientifico-mares.php>

[Acedido em 09 Fevereiro 2012].

Júnior, R. K., 2009. *Cenarização: A ferramenta essencial para uma estratégia efetiva*, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Koburger Jr., C. W., 1991. *The French Navy in Indochina: Riverine and Coastal Forces, 19445-54*. New York, NY: Praeger Publishers.

Lindgren, M. & Bandhold, H., 2003. *Scenario Planning, The link between future and strategy*. 1st ed. Norwich: Palgrave Macmillan.

Mahon, J. K., 2010. *History of the Second Seminole War, 1835-1842*. Flórida: University Press.

Marinha, 2009. *Marinha*. [Online]

Disponível em: <http://www.marinha.pt/PT/amarinha/historia/Pages/GuerradeAfrica.aspx>

[Acedido em 21 Janeiro 2012].

Monteiro, S., 2005. *Operação Mar Verde*. [Online]

Disponível em: <http://www.forumdefesa.com/forum/viewtopic.php?f=13&t=2525#p27312>

[Acedido em 27 Dezembro 2011].

NATO, 2009. *ATP-8(B) Vol I*. 3ª Edição ed. Brusels: NSA.

NATO, 2009. *Doctrine for Amphibious Operations*. 3ª Edição ed. Brusels: NSA.

Naval Expeditionary Combat Command, 2006. *U. S. Navy Riverine Group, Concept of Operations*. Little Creek: GPO (NECC).

Navy, U., 2011. *US Navy Ships*. [Online]

Disponível em: http://www.navy.mil/navydata/our_ships.asp

[Acedido em 21 Janeiro 2012].

NECC, 2012. *Coastal Riverine Force*. [Online]

Disponível em:

http://www.public.navy.mil/necc/hq/PublishingImages/NECC%20fact%20sheets/NECC_CRF_FactSheet2012.pdf

[Acedido em 14 Abril 2012].

New 7 Wonders of Nature, 2012. *Amazon*. [Online]

Disponível em: <http://nature.new7wonders.com/archives/wonder/amazon>

[Acedido em 25 Abril 2012].

O'Rourke, R., 2008. *Navy Role in Global War on Terrorism (GWOT) — Background and Issues for Congress*, Washington: Congress Research Service.

Pereira, J. L., 1998. *Albúm Crocodilo*. Lisboa: José Luis Pereira.

Pinto, R. F. M., 1997. *Intelligence, The Key to Counterinsurgency*. London, US Marine Corps University.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V., 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: s.n.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V., 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. dd ed. Lisboa: dd.

Ramos, N. D., 2010. *A Luta contra a Pirataria. Lições decorrentes do emprego de Forças Conjuntas e Combinadas*, Lisboa: IESM.

Revista de Marinha, 2009. *Revista de Marinha*. [Online]

Disponível em:

http://www.revistademarinha.com/index.php?option=com_content&view=article&id=1359:lpd&catid=104:marinha-de-guerra&Itemid=293

[Acedido em 25 Abril 2012].

Ribeiro, A. S., 2011. *Segurança e Defesa Nacional*. Lisboa, s.n.

Rodrigues, A. R. & Santos, A. d. S., 2007. *Bissau em Chamas: Junho 98*. Lisboa: Casa das Letras.

Schreadley, R. L., 1986. *The Naval War in Vietnam: The Naval Story 1950-1970*. Annapolis(MD): Naval Institute Press.

Shafer, M. J. R., 2001. What the Heck is "Small Craft Company" Anyway?. *Marine Corps Gazette*, Março, pp. 28-30.

Spangler, L. D. J., 1995. *What Lessons can be drawn from US Riverine Operations during the Vietname war as the US Navy moves into the Twenty-First century?*, Fort Leavenworth, Kansas: USArmy.

Springer Images, 2012. *Geography*. [Online]

Disponível em: http://www.springerimages.com/Images/Geography/1-10.1007_0-387-30843-1_151-0

[Acedido em 25 Abril 2012].

Stolzenburg, M. M. A., 2008. *Unified vision of the future: Riverine Squadrons and the security cooperation MAGTF*, Fort Leavenworth, KS: s.n.

T., s.d. *Army Technology Projects - Pandur II*. [Online]

Disponível em <http://www.army-technology.com/projects/pandurii/pandurii3.html>

[Acedido em 09 Fevereiro 2012].

Tylor, S. E. B., 1871. *Primitive Culture*. Digitized by Google ed. London: s.n.

U.S. Navy, 1969. *Riverine Warfare: The U.S. Navy's Operations on Inland Waters*.

Washington, DC: Government Printing Office.

US Armed Forces, 2009. *Joint Intelligence Preparation of the Operational Environment*. s.l.:Joint Chiefs of Staff.

USJFCOM, 2010. *The Joint Operating Environment*, Norfolk: USJFCOM.

USN, 1987. *Doctrine for Navy/Marine Corps Joint Riverine Operations*. Washington DC: Department of the Navy.

Vego, D. M., 2008. Riverine Warfare - Operational Organizational and Technological aspects. *Naval Forces*, Março-Abril, Volume XXIX, pp. 25-33.

VietnamGear, 2005. *Mobile Riverine Force*. [Online]

Disponível em: <http://www.vietnamgear.com/gallery.aspx?GalleryID=10>

[Acedido em 25 Abril 2012].

.

.

Apêndice 1 – Factores que influenciam as operações ribeirinhas

1. Meio aquático

O caudal dos cursos de água é um dos factores que pode condicionar o emprego de forças militares em áreas ribeirinhas porquanto está directamente relacionado com a sua navegabilidade – corresponde, muito genericamente, ao volume de água que existe num determinado local⁹². Apesar das embarcações que operam nestas áreas terem calados reduzidos e fundos chatos, o que lhes permite navegar em locais onde a coluna de água é reduzida, este factor depende directamente do clima, sobretudo da relação entre a frequência/intensidade das chuvas e a evaporação/escoamento das águas. Em casos extremos, o aumento abrupto do caudal pode provocar a transposição das margens e a inundação dos terrenos adjacentes ou no caso de redução drástica do nível de água, pode tornar impraticável a navegação naquelas áreas.

A corrente fluvial é uma outra condicionante à navegabilidade em zonas ribeirinhas. Tal como o caudal, a interferência das chuvas é uma das causas do aumento da velocidade das águas, sobretudo devido às descargas de eventuais barragens, amontante, juntamente com o gradiente dos rios, a profundidade, a tipologia dos fundos⁹³ ou a configuração desses cursos de água que alteram a razão de descida. Como valores gerais de referência, assume-se que as correntes superiores a 2 nós podem condicionar o emprego de pequenas embarcações sem motor ou o uso de pontes flutuantes, enquanto que 5 nós, é considerada uma velocidade restritiva para o emprego de alguns meios anfíbios⁹⁴.

Quando as operações militares se conduzem mais a jusante, em estuários ou deltas perto da costa, o efeito das correntes fluviais interage com um outro factor natural: as correntes de maré. “Os movimentos relativos da Terra, Lua e Sol provocam um número elevado de forças periódicas geradoras de maré” (IH, s.d.) das quais resultam vários fenómenos de elevado interesse militar. Existem vários tipos de maré, com diferentes

⁹² Não confundir com “corrente” que é outro factor que altera as características dos cursos de água.

⁹³ Os rios de leito pedregoso normalmente têm um canal estreito e correntes rápidas, enquanto que os fundos de lama, barro ou argila são, em geral, de formação mais recente e caracterizados por alguma instabilidade e velocidades mais baixas; rios de fundo de areia apresentam, quase sempre, um canal altamente variável entre as várias estações do ano (DHN, s.d., pp. 1490-1491).

⁹⁴ No caso das Viaturas Ligeiras Blindadas Anfíbias (VBLA) *PANDUR II* em processo de aquisição para a Marinha, a sua capacidade anfíbia é proporcionada por dois jactos de água, acoplados a duas hélices que permitem a navegação em lagos, rios e mar aberto à velocidade de 10 km/h, em condições de carga máxima (TechnologyArmy, s.d.).

frequências e amplitudes⁹⁵ que se formam de acordo com o efeito das massas terrestres, variando consoante a latitude do lugar, a fricção (atrito), a viscosidade do meio líquido e o efeito de *Coriolis*. Se durante a enchente, as correntes fluviais são contariadas pela força da maré, durante a vazante ela sofre um reforço assinalável que pode comprometer o emprego de determinados meios aquáticos. Aliás, o efeito da maré durante a vazante é também um elemento crítico de planeamento para as operações ribeirinhas, já que pode originar extensas áreas sem água tornando a navegação impraticável.

A profundidade dos leitos é o principal denominador comum dos anteriores factores. Na verdade, sem água, seja ela devido à irregularidade do leito, aos obstáculos naturais existentes, às secas prolongadas, aos efeitos da maré ou, ainda, decorrente de qualquer outro motivo, os cursos de água tornam-se impraticáveis à navegação e comprometem as LOC fluviais.

Um outro factor que pode condicionar o movimento de forças militares em águas interiores, e que tem reflexo direto no emprego de determinados meios aquáticos, é a largura dos cursos de água. Quando estamos a operar em canais mais estreitos, a velocidade fica logo mais condicionada e a força militar mais vulnerável, não só devido às emboscadas preparadas ao longo das margens como à própria redução da capacidade de reação e manobrabilidade.

O conhecimento dos fundos é também de extrema importância na condução de operações ribeirinhas. A configuração do leito, a sua composição e estabilidade, têm influencia na escolha de eventuais fundeadouros, na escolha dos rumos a navegar, nas velocidades das correntes e nos remoinhos que podem causar. O aparecimento de baixios ou de bancos de areia originados pelo assoreamento dessas bacias pela acumulação de sedimentos e detritos, nomeadamente de pedras, troncos de árvore e outros objetos (incluindo lixos não orgânicos) podem ainda constituir um perigo para a navegação, nomeadamente pelos efeitos causados nas quilhas e hélices das embarcações. A tipologia de fundo ideal para as operações ribeirinhas passa pela existência de um plano uniforme, constituído por terreno firme e isento de obstáculos.

A geometria dos cursos de água, *i.e.* a sua configuração em termos de direção e sinuosidade constitui também um factor importante a considerar no emprego de forças em

⁹⁵ As semidiurnas, que são as mais frequentes, com duas preia-mar (PM) e duas baixa-mar (BM) de alturas semelhantes; as diurnas onde ocorre apenas uma PM e uma BM a cada dia lunar; e, as mistas onde a maré é caracterizada por grandes diferenças de altura entre duas PM ou duas BM consecutivas.

ambiente ribeirinho. Ela depende da geologia, da topografia e dos obstáculos, sendo certo que zonas abertas e extensas conferem melhores campos de observação e de tiro.

É, ainda, natural e frequente que nos rios, albufeiras, lagos e estuários se encontre material flutuante⁹⁶, por vezes de grande massa, o que pode constituir um perigo à navegação (sobretudo quando animado de elevadas velocidades de corrente, na sequência de cheias, elevada precipitação e outros fenómenos naturais) e consequentemente com impacto nas operações ribeirinhas.

2. Terreno

Nas bacias hidrográficas as margens são a primeira fronteira que a água estabelece com a terra. O tipo e a forma do terreno pode ser de natureza variada e a sua inclinação mais ou menos íngreme. A altura e estabilidade das margens, a vegetação e a natureza dos seus fundos podem condicionar a entrada e saída de meios aquáticos, sobretudo dos veículos anfíbios que nestes ambientes podem operar⁹⁷. Sendo este o momento de transposição de meios, onde as forças de desembarque se estabelecem e reorganizam para prosseguir a sua

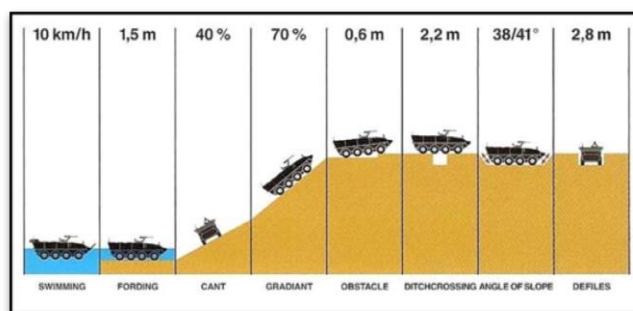


Figura 13 – Esquema de avaliação da mobilidade das VBLA PANDUR II

(Fonte: TechnologyArmy, s.d.)

missão, o seu controlo é fundamental na condução de operações ribeirinhas.

Negar ou impedir o IN na utilização das margens, constitui assim um factor essencial de sucesso neste tipo de operações, pois permite assegurar a navegabilidade dos cursos de água e/ou impedir a infiltração de forças para terra. É por isso, um factor crítico de planeamento neste tipo de operações.

Em grandes vales e planícies onde a água percorre o leito do rio, encontramos frequentemente junto às margens zonas alagadiças ou várzeas que são aproveitadas para a agricultura, nomeadamente para a produção de arroz ou exploração de sal⁹⁸. Dada a baixa

⁹⁶ Como troncos de árvores, raízes e outros lixos orgânicos.

⁹⁷ A grande maioria das viaturas anfíbias tem um ângulo máximo de ataque para transposição de margens na ordem dos 60% de inclinação ou a capacidade de ultrapassar paredões com alturas inferiores a 0,5 mt. Os fundos do leito, junto às margens, constituem outro importante factor de planeamento – no caso de fundos lodosos, a eventual imobilização de meios e forças junto à margem é a perfeita zona de morte para a condução de uma emboscada.

⁹⁸ Para permitir a irrigação destas áreas o homem vai, ainda, construindo canais ao longo destes terrenos que se podem estender por centenas de quilómetros.

configuração do terreno torna-se relevante o controlo pelo fogo ou a sua ocupação durante as operações ribeirinhas.

Na sequência de cheias, inundações e outros fenómenos naturais é também comum a formação de diques que ocorrem pelo carreamento de terras e vegetação, provocando significativas alterações nas margens ou mesmo dos leitos⁹⁹. Em termos táticos estes diques poderão proporcionar novos abrigos, cobertos ou máscaras, protegendo as forças que operem nas suas imediações.

Uma das características mais comuns que verificamos ao longo das margens dos grandes rios, mesmo em zonas áridas, é a existência de vegetação de grande porte. A existência de água nas proximidades origina o aparecimento natural dessa vegetação que muita importância tem na condução das operações ribeirinhas.

A formação de deltas e barras ocorrem normalmente junto à foz dos rios, em estuários onde confluem vários tipos de corrente. A assimetria dos fluxos líquidos e a sua interação com os fundos e margens, provoca o depósito de sedimentos em zonas menos profundas, dando origem ao aparecimento de pequenas ilhas. Estes acidentes naturais do terreno encontram-se por vezes ocultos, muitas vezes não representados nas cartas, constituindo um verdadeiro perigo para a navegação. Esta redução na largura dos canais pode ser taticamente aproveitada com a colocação de minas e outros obstáculos que restrinjam a condução das operações ribeirinhas.

3. Outros fatores

O primeiro fator a que faremos referência é a intervenção humana. Para promover a sua sobrevivência, o homem vai adaptando o habitat natural onde vive de acordo com as suas necessidades fisiológicas. A construção de aldeias e povoações, açudes, barragens, canais, diques, represas, marinas, estradas, caminhos de ferro e pontes, entre muitos outros projetos, permitem desenvolver condições de mobilidade e sobrevivência para além daquelas que a natureza oferece. Esta rede artificial de infraestruturas com a presença de população civil, não beligerante, altera significativamente as características de uma determinada área de operações constituindo, por isso, um factor extremamente importante a considerar no planeamento.

⁹⁹ Estas modificações do terreno podem também ocorrer pela intervenção do homem com a intenção de proteger essas mesmas margens e evitar inundações nas áreas adjacentes.

Conforme mencionado no primeiro capítulo as áreas ribeirinhas encontram-se espalhadas um pouco por todo o mundo, desde o oriente ao ocidente, das áreas meridionais às mais setentrionais. Esta dispersão geográfica permite concluir que a meteorologia e o clima diferem consoante a localização dessas áreas, estabelecendo-se uma relação de interferência mútua¹⁰⁰. A precipitação, a temperatura e o nevoeiro constituem as principais variações climáticas destas zonas e são, maioritariamente, de natureza sazonal – nos climas tropicais variam entre a época das chuvas e a época seca, enquanto que em latitudes mais elevadas a variação depende estação do ano. São de mencionar aqui as áreas que sofrem o efeito do degelo onde o aquecimento origina o aumento dos caudais e das correntes com o arrastar de destroços e lixos, tornando-se assim bastante perigoso para a navegação. Outros elementos meteorológicos co-relacionados são a pressão e o vento, que condicionam, por vezes, de uma forma muito efetiva as operações ribeirinhas. Bruscas alterações de pressão provocam o aumento da força do vento que se propaga ao longo dos rios e vales, alterando as condições atmosféricas e causando ondulação. Em suma, o impacto destes microclimas nas operações ribeirinhas traduz-se pela predominância de nevoeiros, enormes variações de temperatura, rajadas fortes de vento e imprevisíveis descargas de água, o que em termos militares deverá ser devidamente acautelado pois reduz a probabilidade de sucesso e aumenta o risco no emprego das forças.

Para além dos fatores físicos existem outros que podem influenciar as operações nestas áreas ribeirinhas, de entre os quais salientamos os de índole político, económico e cultural. Em termos do panorama político, há a considerar o tipo de governo em exercício nessas áreas (se existir algum), a sua relação com a população, com os militares e eventuais forças paramilitares, a sua credibilidade em termos diplomáticos e a vontade quanto a uma eventual intervenção externa. Em grande parte das situações, os fatores de ordem ideológica estão na origem de conflitos internos sendo primordial o controlo do poder político (ou, no mínimo, o exercício de influência sobre as autoridades locais).

O elemento económico revela-se também importante na análise que antecede à condução de operações ribeirinhas e deve ser analisado sob duas perspetivas: em primeiro lugar, se se encontra suficientemente desenvolvido de modo a permitir a entrada e

¹⁰⁰ O clima afeta e é afetado pelo ambiente, *i.e.* estão interligados um ao outro. O clima inclui todas as alterações diárias de fenómenos atmosféricos como a temperatura, humidade, precipitação, vento, pressão atmosférica, sol e nebulosidade. Todas essas modificações variam e têm um efeito profundo sobre o ambiente ribeirinho cujas componentes (por exemplo, o ar, a água, os solos e a vegetação) reagem de forma natural, condicionando também as condições meteorológicas.

sustentação logística das forças externas, nomeadamente ao nível de portos e aeroportos, infraestruturas, assistência médica e sanitária, reparação naval, transportes e indústria local, entre outros; em segundo lugar, importa saber se a dimensão económica é ou não a causa do conflito – neste caso, a aplicação de outros instrumentos de poder, para além da intervenção militar, torna-se fundamental considerar. Atualmente, o tráfico ilegal de estupefacientes e contrabando constituem um dos principais motivos do emprego de forças em áreas ribeirinhas.

O aspeto cultural é seguramente tão ou mais importante quanto os demais fatores já anunciados, ao incluir o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade (Tylor, 1871, p. 1). Ao viver em sociedade as pessoas agrupam-se por afinidades, interesses, educação ou classes sociais dando origem a instituições diversas, de carácter religioso, étnico ou linguístico e que estão, frequentemente, na origem dos conflitos internos. Assim, a estrutura das sociedades, as suas perícias tecnológicas e o nível de sofisticação que assumem são fatores importantes na análise do ambiente em que se opera.

No ambiente ribeirinho, os factores políticos, económicos e culturais são bem mais complexos do que a descrição que aqui fizemos. Segundo *Clegg* (1985, p. 16) o ambiente é um factor decisivo que influencia a probabilidade de sucesso nas operações ribeirinhas. O ambiente ribeirinho é de facto especial e operar nessas áreas requer treino, equipamento e planeamento especial.

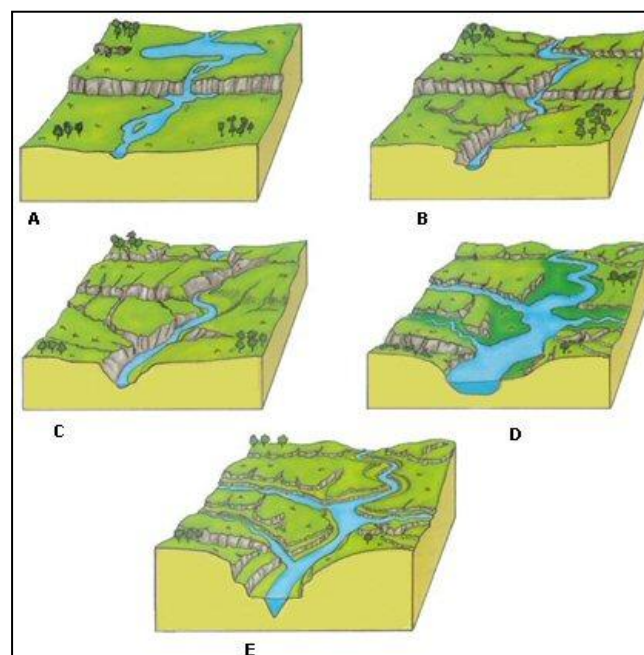


Figura 14 – Exemplos de Bacias Hidrográficas, vista perfil.
(Fonte: Geologia, 2008)

Apêndice 2 – Breve descrição dos teatros de operações no Ultramar (1961-1974)

1. Guiné-Bissau

Começamos esta descrição pelo teatro da Guiné, o exemplo mais paradigmático das operações ribeirinhas no Ultramar, não só por ter tido a água como o elemento predominante mas porque a sua configuração geográfica e as características da guerra a tornaram assim tão especial¹⁰¹. Para além da parte continental e do cordão de ilhas que lhe fica contíguo, a Guiné tem ainda uma parte insular, o arquipélago de Bijagós, formado por várias ilhas e ilhéus¹⁰² que afloram à superfície do Oceano Atlântico. Sendo a mais exígua dos três teatros de operações, contava no entanto com várias centenas de quilómetros de rios e canais permitindo à Marinha reabastecer as guarnições militares no seu interior, fiscalizar grande parte do território e projetar poder em terra com os seus fuzileiros. A atividade naval desenrolou-se, todavia, num ambiente particularmente difícil, com a conjugação da ameaça incerta dos insurgentes (PAIGC) ou “turras, das condições climatéricas adversas, e da navegabilidade, condicionada sobretudo pelas marés que afetavam cerca de 22% do território¹⁰³.

As primeiras unidades navais a chegar à Guiné, em maio de 1961, encontraram um dispositivo militar português muito frágil¹⁰⁴ que veio a ser progressivamente reforçado, mormente com a entrada no teatro de operações do DFE2, em Junho de 1962. Apesar do conflito ter apenas começado oficialmente, em janeiro de 1963, a primeira operação ribeirinha conduzida pela Marinha portuguesa com lanchas e fuzileiros realizou-se em dezembro de 1962 com o objetivo de recolher informações sobre o IN na região do Quínara. Foi com base nesse binómio, navio-fuzileiro, que residiria grande parte da atuação direta da Marinha nas operações ribeirinhas da Guiné (Carvalheira, 1972).

¹⁰¹ Segundo Telo (1999 cit. por Cann, 2009, pp. 169, 174) cerca de 80% dos movimentos faziam-se por mar ou por via fluvial, somente 18% por terra e cerca de 2% por via aérea. As correntes nos rios podiam atingir os 7 nós e a maré, na vazante, deixava a descoberto largas extensões de lodo que podia comprometer a projeção de forças - se um navio ficasse imobilizado ou com problemas na máquina, facilmente se tornava presa fácil aos ataques dos insurgentes.

¹⁰² Constituíam as bases perfeitas para o recrutamento, treino e preparação das nossas forças (como foi a Operação «Mar Verde» preparada e planeada pelo Comandante Alpoim Calvão na Ilha de João Vieira) ou para a montagem de emboscadas às forças IN, *e.g.* as materializadas no Ilhéu de Calebe, nas Operações «Nebulosa» e «Gata Brava» (Calvão, 1976, pp. 56-64).

¹⁰³ Segundo o Brigadeiro Renato Pinto a Guiné-Bissau tem 36 125 Km² de área, dos quais apenas 28 000 km² permanecem fora de água na preia-mar (1997, p. 13).

¹⁰⁴ Para além das forças de recrutamento, havia apenas cerca de 500 homens do Exército Metropolitano, o Comando de Defesa Marítima da Guiné e algumas embarcações dos Serviços de Marinha daquela Província (Carvalheira, 1972, pp. 1-2)

Dentro do quadro das missões apresentadas no capítulo 2 - que correspondiam à estratégia da Marinha para o Ultramar - no território da Guiné a ação das *brown waters* centrava-se mais na fiscalização dos rios e na intervenção. A primeira, era conduzida por lanchas de fiscalização e lanchas de desembarque transformadas, guarnecidas com elementos dos destacamentos de fuzileiros ou outros reforços que lhes prestavam segurança próxima. Apesar dos resultados não terem sido, inicialmente, os esperados¹⁰⁵, a presença das forças navais em zonas com maior probabilidade de infiltração do IN dissuadiam a utilização dessas passagens e inibiam o cumprimento da sua missão. Quanto às missões de intervenção, mantinham a utilização do binómio navio-fuzileiro¹⁰⁶, mas agora numa relação de apoio/apoiado inversa, com a responsabilidade dos DFE na condução dessas operações; o objetivo consistia na neutralização das ameaças ou a destruição de forças inimigas, normalmente em terra, contando com a participação das lanchas para a sua projeção, apoio de fogo naval, reabastecimento e extração (Baêna, 2006c).

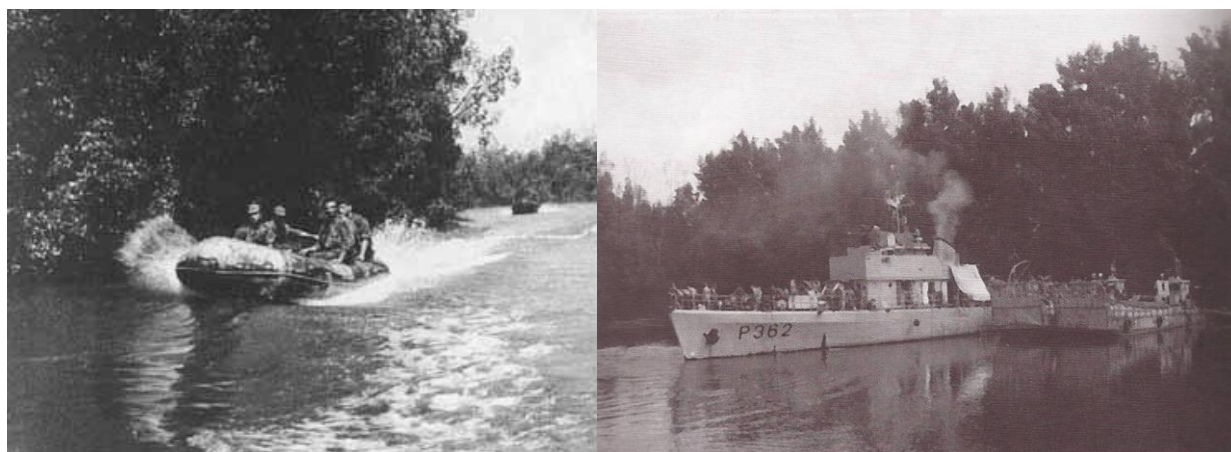


Figura 15 – Unidades Navais e Destacamentos de Fuzileiros em operações na Guiné.
(Fonte: Baêna, 2006c)

¹⁰⁵ Sobretudo pela pouca interação que havia com os turras.

¹⁰⁶ Em alguns casos o meio de projeção era feito através de botes de borracha, orgânicos dos próprios destacamentos.

2. Angola

Este teatro foi o maior em termos de área¹⁰⁷ e também o mais extenso no que respeita a duração. A costa litoral de 1650 Km e os 127 770 km² de extensão da sua bacia hidrográfica¹⁰⁸ foram os fatores mais importantes no padrão de fixação do povo em Angola (Pinto, 1997, p. 14). As operações ribeirinhas neste teatro tiveram início no rio Zaire, a norte de Angola, através do Dispositivo Detentor da Frente Fluvial do Zaire (DDZ) com a guarnição de cinco postos¹⁰⁹, o patrulhamento noturno de botes, as emboscadas e as nomadizações ao longo daquela via fluvial de modo a impedir o movimento dos insurretos a partir do ex-Congo Belga¹¹⁰ onde estes estabeleciam os seus santuários. Nesta área de operações chegaram a estar a operar, simultaneamente, três DFE, uma força naval com várias lanchas¹¹¹ e um avião *Auster*, para além de outras forças navais e terrestres pontuais. Em Cabinda, ao longo do rio Chiloango e na lagoa de Massabi, também se conduziram operações ribeirinhas mas com a abertura da Frente do Leste¹¹², em 1966, este tipo de operações passou a ter mais enfoque nas “Terras do Fim do Mundo”, a Sudeste de Angola, no controlo dos rios Zambeze, Lungué-Bungo, Cuando, Cuito e Cubango, para cortar a Rota Agostinho Neto¹¹³. Para além dos destacamentos e companhias de Fuzileiros empregues nesta nova zona do interior com os seus botes de borracha e de fibra, a Marinha reforçou o dispositivo com meios navais capazes de assegurar o apoio logístico das tropas, num esforço colossal realizado com o transporte de várias lanchas de desembarque e de transporte¹¹⁴ do litoral para aquela região (Baêna, 2006b).

Segundo Cann (2009, p. 275) “Em 1970 havia bases em cinco dos rios de Angola e a sua presença foi mantida até à descolonização” acrescentando que “embora o dispositivo no Zaire fosse o mais importante, a presença naval nos rios do interior serviu para conter a infiltração dos insurgentes” e “apoiar as populações”, constituindo o “maior legado que a Armada portuguesa deixou em Angola”.

¹⁰⁷ Aproximadamente 14 vezes o tamanho de Portugal.

¹⁰⁸ De onde se realça, em dimensão, os rios Zaire, o Cuando, o Cassai, o Cuango e o Cunene.

¹⁰⁹ Postos na ilha de Quissanga, Pedra do Feitiço, Puelo, Macala e Tridente.

¹¹⁰ República do Congo como ficou conhecido o território a partir da independência, em junho de 1960, mais tarde (1971) Zaire e atualmente República Democrática do Congo (desde 1997).

¹¹¹ Em outubro de 1965 foi criada a Esquadilha de Lanchas do Zaire que chegou a contar com quinze unidades de diversos tipos (cinco lanchas de fiscalização tipo *Bellatrix* e 10 lanchas de desembarque médias e pequenas) (Baêna, 2006b, p. 74).

¹¹² Com a anuência da Zâmbia que se torna independente, em 1964, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) passa a infiltrar as suas forças por Leste de Angola.

¹¹³ Era um corredor de infiltração do MPLA que se estendia desde a fronteira da Zâmbia até Malange

¹¹⁴ A primeira lancha, *e.g.*, saiu de Sazaire para Luanda, por via marítima, depois de comboio até Vila Teixeira de Sousa e finalmente por estrada até Lumbala, junto ao rio Zambeze, prefazendo no total 2454 km.

3. Moçambique

Apesar de constituir o teatro de operações com uma maior costa litoral¹¹⁵ e uma rede hidrográfica extensa, com cerca de 65 rios¹¹⁶, não tinha um estuário tão amplo como o da Guiné nem um curso de água tão navegável como o rio Zaire, em Angola, onde os insurgentes se infiltravam para lançar os seus ataques (Pinto, 1997, p. 15). Possuía, contudo, o Lago Niassa, a Noroeste de Moçambique onde os insurgentes se infiltravam a partir da Tanzânia e onde as operações das nossas forças constituíram o melhor exemplo de capacidade ribeirinha naquele território. Por ter sido o último conflito a rebentar no Ultramar, alguns meios (humanos e materiais) necessários para operar no Niassa foram sendo adiados à espera que as exigências na Guiné e em Angola reduzissem e permitissem a sua projeção para Moçambique. Dessa lista de requisitos constavam os fuzileiros especiais que foram sucessivamente “substituídos” por uma companhia de fuzileiros, até novembro de 1964. Nessa data já tinha sido instalado o Comando de Defesa Marítima e a Capitania dos Portos do Lago Niassa, em Metangula, e para além da companhia de fuzileiros encontrava-se também a operar uma lancha de fiscalização. A crescente atividade do inimigo junto às margens do lago e as baixas que ia provocando deu origem ao aumento do contingente português e também de meios navais, chegando a ter seis lanchas de fiscalização e sete de desembarque. Tal como no Sudoeste de Angola, o transporte destes meios navais desde o Oceano Índico até ao Lago Niassa, foram acontecimentos épicos (Baêna, 2006d, pp. 31-38). As patrulhas no lago tinham uma duração de 4 a 5 dias e estendiam-se por 115 M, com o objetivo de controlar, mostrar presença e recolher informações. Por norma, os fuzileiros embarcavam a bordo de uma lancha de desembarque e ao longo do seu percurso no lago iam monitorizando o panorama em terra, através do radar de bordo; em caso de suspeitas, os fuzileiros prontamente desembarcavam e nas margens efetuavam patrulhas a pé, preparavam e montavam emboscadas, operações de cerco e busca, para além da recolha de informações junto à população (Cann, 2009, pp. 227-244). Para além do Niassa, também outras operações ribeirinhas tiveram lugar em Moçambique, destacando-se as ações ao longo da costa entre a foz do Rovuma e Porto Amélia e, mais tarde, as operações no distrito de Tete ao longo do rio Zambeze, junto à barragem de Cabora Bassa.

¹¹⁵ No total com 2795 km de extensão, incluindo já o lago Niassa.

¹¹⁶ Muitos deles internacionais e com estuários bastante amplos e ramificados, destacando-se o rio Zambeze que nasce em Angola e que foi palco de operações ribeirinhas naquele teatro de operações, e também o Limpopo, o Rovuma, o Lúrio, o Incomati.

Apêndice 3 – Linha de orientação metodológica

| ENUNCIADO | QUESTÃO CENTRAL | QUESTÕES DERIVADAS | HIPÓTESES | VALIDAÇÃO HIPÓTESES | RESPOSTA À QUESTÃO CENTRAL |
|---|--|--|--|---------------------------------------|---|
| FORÇAS ARMADAS: AS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS | “Que cenários podemos projetar para os próximos vinte e cinco anos relativamente à capacidade ribeirinha das Forças Armadas portuguesas?” | Como se caracterizam as operações ribeirinhas? | As operações ribeirinhas são um caso particular das Operações Anfíbias. | Validada no Capítulo 1 – pág. 6 | “A capacidade ribeirinha nacional nos próximos vinte e cinco anos será materializada: ou pela consolidação da atual capacidade anfíbia; ou pelo estabelecimento de uma nova capacidade litoral.” |
| | | Quais foram as principais lições [ribeirinas] identificadas nas guerras do Ultramar e do Vietname? | As operações ribeirinhas conduzidas nas guerras do Ultramar e no Vietname são conceptualmente distintas. | Rejeitada nos Capítulos 2 e 3 | |
| | | Em que esfera do poder militar se enquadra a capacidade ribeirinha? | Uma operação de evacuação de não-combatentes (NEO) pode ser uma operação ribeirinha. | Validada no Capítulo 4 – pág. 30 e 31 | |